



1 ATA DA REUNIÃO Nº 055 (nº04/2016) DO
2 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO
3 PARANÁ - CAU/PR, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE
4 2016, NA SALA VILANOVA ARTIGAS DA SEDE DO
5 CAU/PR, NA CIDADE DE CURITIBA-PR.
6
7

8 Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na Sala
9 Vilanova Artigas da Sede do CAU/PR, sito a Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 2.530, Alto da
10 XV, na cidade de Curitiba-PR, realiza-se a Sessão Ordinária nº 055/2016 (04/2016), do
11 Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR -
12 Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu, Andressa Fabiana de Oliveira Assistente
13 de Plenária do Conselho Ad hoc. A Sessão contou com a participação dos seguintes
14 Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas: **ANDRÉ LUIZ SELL, BRUNO SOARES**
15 **MARTINS, CARLOS HARDT, CRISTIANE BICALHO DE LACERDA, GIOVANNI GUILLERMO**
16 **MEDEIROS, IDEVALL DOS SANTOS FILHO, IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, LEANDRO**
17 **TEIXEIRA COSTA, LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, MARGARETH ZIOLLA MENEZES,**
18 **NESTOR DALMINA, ORLANDO BUSARELLO, RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES E RONALDO**
19 **DUSCHENES.**.....

20 Participaram, ainda, da presente Sessão, os Conselheiros Suplentes, Arquitetos (as) e
21 Urbanistas, **ANTÔNIO CARLOS ZANI, CARLOS DOMINGOS NIGRO, CARLOS EDUARDO**
22 **SALAMANCA, DIORGENES FERREIRA DITRICH, ENEIDA KUCHPIL, LUIZ BECHER, E MILTON**
23 **CARLOS ZANELATTO GONÇALVES.**.....

24 Presente na Sessão, o Conselheiro Federal Suplente **JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO.**.....
25 Fica justificado, de acordo com o 20º Artigo da Seção I, do Capítulo III, do Regimento Interno
26 do CAU/PR, a ausência dos (as) Conselheiros (as) Arquiteto (a) e Urbanista: **ANÍBAL VERRI**
27 **JUNIOR E MARIA FRANCISCA SOTTOMAIOR CURY.**.....

28 Presentes, também os Assistentes contratados, a saber: o Assessor de Comunicação, Antônio
29 Carlos Domingues da Silva; o Analista Geral, Paulo Roberto Sigwalt; o Coordenador Jurídico,
30 Augusto Vianna Ramos; a Assessora Jurídica, Claudia Cristina Taborda Dudeque; o Gerente
31 Geral, Nilto Roberto Cerioli; a Coordenadora Financeiro, Rafaele Waszak; o Estagiário
32 Administrativo, Leonardo Carnieri (distribuição de microfones); a Estagiária do setor Jurídico,
33 Cintia Roberta da Silva (projeção dos arquivos) e eu, Assistente de Plenária *Ad hoc*, Andressa
34 Fabiana de Oliveira.

35 **I - QUÓRUM:** Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o 62º
36 Artigo do Regimento Interno do CAU/PR, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão.-

37 **II - HINO NACIONAL:** Após o hino, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAS agradece a
38 presença dos Conselheiros na participação da quinquagésima quinta Plenária do Conselho de
39 Arquitetura e Urbanismo do Paraná. Prosseguindo, o Presidente coloca para votação a Ata da
40 plenária anterior.

41 **III - ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Colocada em votação, foi aprovada a Ata correspondente a
42 Sessão Ordinária nº 054 (03/2016) de 21/03/2016, com abstenção de votos por ausência dos
43 conselheiros Bruno Soares Martins, Carlos Hardt e Giovanni Guillermo Medeiros.

44 **IV - PAUTA:** Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a Pauta da Reunião



- 45 Ordinária nº 055, quarta Reunião Ordinária de 2016 do CAU-PR, com Extra Pauta.-----
- 46 **V - APRESENTAÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS:** -----
- 47 **1 - Correspondências recebidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências recebidas,
- 48 08 (oito) oriundas do CAU/BR e 05 (cinco) oriundas de diversos emitentes destinado à
- 49 Presidência do CAU/PR.-----
- 50 **2- Correspondências expedidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências
- 51 expedidas, 01 (um) ofício expedido da Presidência do CAU/PR à Presidência do CAU/BR, 19
- 52 (dezenove) ofícios são oriundos da Presidência a remetentes diversos; 11 (onze) foram
- 53 remetidos pelo Setor de Fiscalização; não há (zero) expedição de ofício pelo Setor de
- 54 Atendimento, Setor Financeiro; Assessoria Jurídica; e Assessoria de Comunicação.-----
- 55 **VI- DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS:** -----
- 56 Os processos foram distribuídos para relatoria na Reunião das Comissões, realizada no
- 57 período da manhã, entre nove horas e doze horas.-----
- 58 **VII - ORDEM DO DIA:** -----
- 59 **1. Palavra do Presidente: Ação contra CONFEA – Posição do BR, Negociações para o Fundo**
- 60 **de Apoio, Reunião/Documento Lojistas/Campanha RT, Participação Casa Cor, Indicação de**
- 61 **Comissão para GESPÚBLICA, 88ª Encontro Nacional da Indústria da Construção – ENIC Foz,**
- 62 **1ª Reunião Comissão Temporária de Criação do CEAU/PR, I Seminário de Política Urbana e**
- 63 **Ambiental – Brasília – 12 e 13 de abril, Fórum de Presidentes – Brasília, Seminário para**
- 64 **regularização de obras em Curitiba e Apresentação COP 21/Cronogramas/Metas.**-----
- 65 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR inicia comentando que na semana anterior a
- 66 plenária, participou de várias reuniões realizadas pelo CAU/BR em Brasília, e que o
- 67 acompanharam os Conselheiros e Coordenadores das Comissões, Ronaldo Duschenes
- 68 representando a CED/PR e Luiz Eduardo Bini Gomes da Silva representando a CEP/PR, e que
- 69 os mesmos comentarão a respeito de suas participações no relato das Comissões. O
- 70 Presidente continua o comentário dizendo que os Conselheiros tem conhecimento a respeito
- 71 das queixas feito pela Presidência referente às inconsistências dos números em relação à
- 72 profissionais registrados ou até de número de RRTS dependendo do tipo de entrada que é
- 73 feito ao pesquisar no SICCAU, e comenta brevemente: “Se fazemos uma pesquisa num certo
- 74 período de um tipo de RRT no SICCAU, fazemos a mesma pesquisa do número de RRTs no
- 75 IGEO, que um alimenta ao outro, existem diferenças e divergências muito acentuadas. Depois
- 76 de muita queixa solicitamos em Brasília uma reunião presencial com os responsáveis por
- 77 essas duas atividades, tanto o IGEO como o SICCAU, a reunião ocorreu com o Conselheiro
- 78 Coordenador da CEP-PR. As inconsistências são de conhecimento e conseguimos o
- 79 compromisso de implantação de “sistemas de higienização dos relatórios” e que o CAU/PR
- 80 vai ser então o Estado que vai ter esses números higienizados, para que possamos saber
- 81 aonde estão essas divergências e quanto podem ser reduzidas. Os Setores de Fiscalização e
- 82 de Atendimento do CAU/PR trabalharão em conjunto para fazermos um comparativo, e aí
- 83 poder saber que índices de higienização se chega, e aí possamos talvez melhorar a nossa
- 84 leitura, porque são três números diferentes, financeiros, IGEO e SICCAU”. Prosseguindo com
- 85 o primeiro item de pauta, o Presidente fala sobre a Deliberação dessa plenária de tomar uma
- 86 medida judicial contra o CONFEA que reativa o sombreamento de atribuições da atividade de
- 87 arquitetura e urbanismo, e diz: “Eu comentei sobre a nossa decisão com os Conselheiros
- 88 Federais que hoje integram a Comissão de Harmonização foi novamente instalada com



89 representantes do CAU e representantes do CONFEA, os quais já realizaram três reuniões e
90 não podia deixar de perguntar o porquê o CAU/BR não judicializou esse documento que traz
91 novamente o sombreamento como a regra geral para as atribuições das profissões. As
92 respostas foram no sentido de que o objetivo é. Eu disse que a nossa decisão já estava
93 tomada, considerando que a Deliberação do CONFEA data de julho de 2015 e que nós
94 estamos sendo prejudicados em muitas ações no Paraná. Comentei também com o
95 Presidente Haroldo, que diferentemente dos membros da comissão de conciliação afirmou
96 não ser contra, em função de não integrarmos a tal Comissão. Judicialize e nos encaminhe
97 cópia, foram as palavras do Presidente do CAU/BR”. Sobre o Fundo de Apoio, o Presidente
98 JEFERSON DANTAS NAVOLAR, comenta que vários Presidentes, depois de troca de
99 comunicação vieram perguntar em resumo que risco corre o CPF deles de estarem há seis
100 meses contribuindo com uma Resolução que foi declarada pela justiça como ilegal; o
101 Presidente informa que como Réu não cabia ao CAU/PR fazer o esclarecimento e sim ao
102 autor da ação – CAU/BR. A respeito da Campanha de Reserva Técnica, o Presidente informa
103 que ocorreu uma reunião da Comissão Nacional em Brasília onde este assunto foi tratado,
104 porém quem irá comentar será o Coordenador da CED/PR, o Conselheiro Ronaldo Duschenes
105 no relato da sua Comissão. Dando continuidade na pauta, o Presidente comenta que existe
106 uma proposta de participação na Casa Cor 2016, e expõe: “esse assunto eu gostaria de
107 esgotar aqui. Nós estamos nessa perspectiva de contenção total de despesas, fizemos uma
108 proposta à organização da Casa Cor, que já foi aprovada pela Casa Cor. Estamos num ano
109 eleitoral, os colegas sabem disso, as Entidades assinaram o Manifesto, temos um documento
110 público sobre arquitetura, urbanismo como política, propusemos à Casa Cor que na data mais
111 conveniente, a Casa Cor com os seus patrocinadores e as entidades que representam os
112 arquitetos convocariam os candidatos a Prefeito para debater os conteúdos do Manifesto
113 dos arquitetos. Quero aqui registrar o amadurecimento da relação do CAU/PR com a Casa
114 Cor. Os colegas lembram, no início era uma minoria de arquitetos que assinavam os
115 ambientes, na última versão parece que já foram maioria absoluta, um ou dois ou três
116 ambientes que ainda não tem assinatura do responsável. No ano passado conseguimos uma
117 homenagem ao Artigas, sendo a primeira vez que se faz uma homenagem póstuma a este
118 arquiteto de renome dentro daquele espaço. Agora, nessa vez, numa evolução da relação
119 vamos ter, se tudo der certo, um debate com os candidatos a Prefeito nesse ambiente, que é
120 um ambiente com muita visibilidade”. Prosseguindo, o Presidente JEFERSON DANTAS
121 NAVOLAR informa que a indicação referente a representação para a Comissão do
122 GESPÚBLICA e participação no 88ª Encontro Nacional da Indústria da Construção – ENIC Foz
123 seria relatado pela Comissão de Organização e Administração, e que a primeira reunião da
124 Comissão do Colegiado de Entidades de Arquitetos e Urbanistas - CEAU/PR será relatada na
125 extra pauta. Em relação ao Seminário para regularização de obras em Curitiba, o Presidente
126 comenta que já foi aprovada a realização da Oficina na última Plenária, a organização está em
127 andamento, e que haverá dois convidados a ministrar as palestras e contribuir com suas
128 experiências em relação à Assistência Técnica para ajudar o Conselho a implantar a
129 regularização de obras em Curitiba em atendimento ao Decreto Municipal 140 de 23 de
130 fevereiro de 2016. O Seminário de Assistência Técnica está com data prevista para
131 acontecimento no dia 26 de abril. Como último item o Presidente JEFERSON DANTAS
132 NAVOLAR fala sobre a apresentação feita pelo CAU/PR ao Instituto de Engenharia do Paraná



133 referente a COP 21; e lembra aos Conselheiros que o CAU/PR fez uma provocação ao
134 Itamaraty quando foi divulgado o texto oficial do Brasil onde a questão Urbana não foi
135 devidamente inserida; sendo assim o CAU/PR propôs em comitiva participar deste evento, e
136 observar como é que os outros países estavam vendo a questão urbana. O CAU/PR se
137 comprometeu junto com as demais entidades, a pilotar essa ação da COP 21 no Paraná
138 destacando fortemente a questão Urbana na pauta do evento. O Presidente informa que o
139 material foi organizado, e a primeira iniciativa é a criação de um grupo amplo e
140 multiprofissional que ajude a debater esse assunto. Considerando que o Instituto de
141 Engenharia representa várias entidades, o CAU/PR fez se presente em um café da manhã
142 realizado pelo Instituto e apresentou os assuntos discutidos na COP 21. O Presidente informa
143 que o grupo multiprofissional está em formação, e acredita que a próxima iniciativa seria
144 buscar a contribuição também das Instituições de Ensino para ajudar no debate deste
145 assunto; e complementa dizendo que a proposta que surgiu no IEP, é que seja feito uma
146 listagem de todos os demais paranaenses que também estiveram na COP 21 para que
147 possam ser convidados a integrar esse grupo de trabalho; e que se está plenária autorizar
148 será feito, e o que era apenas uma proposta, passa a ser agora uma iniciativa concreta.
149 Comenta também que os pontos a serem discutidos é inserção das cidades no compromisso
150 da redução de temperatura e de emissão de CO2 assinado na COP 21 por todas as nações do
151 planeta por unanimidade. Complementa que todos os conselheiros estão convidados para
152 fazer parte, e que o Conselheiro Suplente Rafael Sindelar Barczak que tem mestrado nessa
153 área, foi convidado para ajudar a montar o conteúdo, que o mesmo esteve em Curitiba
154 contribuindo e também fazendo a sua fala no Instituto de Engenharia. Na sequência, o
155 Presidente faz a apresentação dos slides (ANEXO I): "Eu coloquei como duas as iniciativas,
156 que aconteceram no ano passado e que são definitivas, em nossa opinião. Primeiro é a
157 Encíclica do Papa Francisco, onde ele diz textualmente, e eu digo, talvez para ele não seja
158 difícil por ser jesuíta. Jesuíta tem uma afinidade grande com as artes clássicas, então vemos
159 o que o Papa escreve: *"como são belas as cidades que superam a desconfiança doentia e
160 integram os que são diferentes, fazendo desta integração um novo fator de progresso! Como
161 são encantadoras as cidades que, já no seu projeto arquitetônico, estão cheias de espaços
162 que unem, relacionam, favorecem o reconhecimento do outro!"*. Esse texto fala
163 exclusivamente sobre a relação do homem com o planeta e é definitivo. Prosseguindo, as
164 consequências disso, a campanha da fraternidade 2016, que acabou de encerrar aqui no
165 Brasil, já traz como tema "Casa comum- Nossa Responsabilidade". Então quem frequenta
166 igreja, pastorais, paróquias, grupos de estudo, inevitavelmente vai estar em contato com
167 esse tema. O acordo assinado na COP 21 diz o que, mas não diz o como. Cada país vai ter que
168 fazer a sua lição de casa. Para poder encerrar, o que diz no texto aprovado no Brasil? A)
169 Sistemas de monitoramento florestal. Muito bom; o que está em azul é a nossa proposta,
170 "florestal e urbano". Adianta medir só a evolução de temperatura no campo já que o
171 consumo é urbano? B) Segunda proposta, de ampliação da situação: Capacitação e
172 transferência de tecnologia em biocombustíveis. Propomos o incentivo ao seu consumo que
173 também é fundamentalmente urbano. C) Agricultura resiliente de baixo carbono e incentivo
174 a atividades urbanas e ao consumo de produtos de baixo carbono. D) Atividades de
175 reflorestamento e de restauração florestal rural e urbana. Mais manejo de áreas protegidas,
176 inclusive as APPS urbanas. E) Por fim, aumento de resiliência por meio de programas de



177 proteção e inclusão social rurais e urbanos”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
178 encerra a apresentação e lembra aos Conselheiros que o CAU/PR integrou a comitiva oficial
179 do Brasil com esta pauta, e que a continuidade deve ser feita formalmente. Informa que o
180 FORUM de Presidentes do CAU também adotou este tema, sendo pautado pelo CAU/PR e
181 CAU/PE, e que esta apresentação já está disponível para todos os Presidentes; e que no dia
182 30 de junho acontecerá em Porto Alegre a reunião do FORUM dos Presidentes, aonde será
183 novamente encaminhado o tema com as contribuições dos Presidentes. O Presidente
184 relembra que em meados do mês de setembro o IAB estará realizando junto com a
185 Federação Pan-Americana de Arquitetos – FPAA - o “Segundo encontro de Arquitetura
186 Amazônica”, onde será apresentado o texto final de todos os arquitetos do Brasil, que
187 levariam essa posição para o HABITAT 3 que vai ser em Quito em outubro, tendo
188 Pernambuco como representante do HABITAT 3 no Brasil. Depois dessa apresentação o
189 grupo também assumiu com o compromisso de encaminhar ao Ministério da Agricultura,
190 Ministério do Interior, Itamaraty para que esse seja contribuição de todos os arquitetos do
191 Brasil na questão da COP 21”; Palavra do Presidente encerrada, inicia-se o relato das
192 comissões.....

193 **2. Relato das Comissões.....**

194 **2.1. Relato da Comissão de Ética e Disciplina - CED.....**

195 O Coordenador da CED, o Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES relata sobre a sua
196 participação no Seminário das Comissões de Ética das Unidades da Federação na Cidade de
197 Teresina/PI. Entre os temas discutidos verificou vários problemas ligados à Ética que devem
198 ser tratados com atenção; entre eles vários problemas de relacionamento interno. O CAU e o
199 CONFEA como mencionado anteriormente estão com uma Comissão de Harmonização, e
200 dentro do Conselho de Ética é de extrema importância. Outro item foi à questão do direito
201 autoral, o Coordenador comenta que este tema é complexo no que se refere à produção e
202 nas invenções resultando em um organismo específico que é o INPI – (Instituto Nacional de
203 Propriedade Intelectual), que em relação à Arquitetura o número de intervenções é amplo
204 com diversos detalhes, dificultando a separação da cópia ao original, e que para evitar que
205 seja feita cópia de um projeto é importante que a comunidade dos Arquitetos e Urbanistas
206 participem. Prosseguindo com o relato, outro assunto colocado e discutido foi à Infração
207 Ética por falta de pagamento de RRT, e Anuidade, e conclui-se que o procedimento é passar
208 primeiro pela Comissão de Exercício Profissional, e após ser constatado indícios de dolo ou
209 má fé, ser encaminhada para a Comissão de Ética. Na sequência passa para o tema referente
210 à Campanha contra a RT (Reserva Técnica); que tratou da segunda etapa desta divulgação
211 dirigida aos lojistas. Esta campanha teve um clamor nacional, tanto com sentido positivo
212 quanto negativo com vários posicionamentos. Entre eles a manifestação e acompanhamento
213 do Ministério Público, PROCON – (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor), e
214 Instituto ETHOS. E a solicitação de manifestação de todos os CAUs referente a este tema. O
215 CAU/PR marcou uma reunião solicitada pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR onde
216 convidou várias entidades de Arquitetura, como o IAB – (Instituto de Arquitetos do Brasil –
217 Paraná), o SindArq/PR (Sindicato dos Arquitetos do Paraná), os representantes das Câmaras
218 Técnicas do CAU/PR, os Presidentes dos principais Núcleos de Decoração de Curitiba, e a
219 ASBEA/PR (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura do Paraná). Referente a RT, o
220 Presidente do CAU/PR esclarece o assunto e destaca a importância da campanha em favor



221 dos Profissionais, lojistas e demais envolvidos. O Coordenador da Comissão esclarece ainda
222 em função deste tema relata que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR encaminhou
223 novamente a proposta de escrever um manifesto pela Ética na arquitetura de interiores, que
224 deve ser assinado por todos os envolvidos; no entanto deve-se verificar a necessidade de
225 correções, e faz a leitura de um pequeno trecho: *“Reunidos em Curitiba, na sede do CAU no*
226 *dia 11 (onze) de abril de 2016, os Presidentes, do IAB, departamento Paraná, da ASBEA*
227 *Paraná, do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do Paraná, SINDARQ, do Núcleo*
228 *Paranaense de Decoração, da Associação de Decoração Ponto de Apoio e do Conselho de*
229 *Arquitetura e Urbanismo do Estado do Paraná, CAU, definiram-se por um alinhamento de*
230 *postura entre as Entidades que representam os lojistas e as Entidades que representam os*
231 *profissionais, no sentido de condenação à prática do recebimento da reserva técnica por*
232 *parte de arquitetos e urbanistas. Tendo em vista que a lei federal 12378 de 2010, que*
233 *regulamenta o Exercício da Arquitetura e Urbanismo em seu artigo 18, inciso 6º explicitado*
234 *pelo Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas em seus itens 3.2.16 e 3.2.18*
235 *todos tem a lei em mãos, condena o profissional que locupletar-se ilicitamente por qualquer*
236 *meio à custa de cliente diretamente ou por intermédio de terceiros”, e comenta outro trecho:*
237 *“Entendem as entidades de lojistas de Arquitetos e Urbanistas e os Profissionais de*
238 *Arquitetura e Urbanismo devem ser devidamente remunerados por seus serviços de projeto,*
239 *especificação de materiais e acompanhamento de obras de acordo com as tabelas de*
240 *honorários publicados pelo IAB/BR e pelo CAU/BR nos sites. Concordam os signatários desse*
241 *manifesto que o relacionamento entre arquitetos e urbanistas com os fornecedores de*
242 *insumos e seus lojistas é extremamente saudável para o desenvolvimento de produtos*
243 *inovadores e para realização de Arquitetura e Urbanismo. Propõe representantes dos*
244 *profissionais e dos empresários a realização de premiações de projetos cujo julgamento seja*
245 *feito tendo a qualidade como referência e que tenham seus editais aprovados pelo IAB e pelo*
246 *CAU. O custeamento dessas premiações poderá ser viabilizado por meio de patrocínio de*
247 *fornecedores e apoio de entidades ligadas à arquitetura e urbanismo com eventual uso de leis*
248 *de incentivo à cultura. Sugerem por fim os que firmam esse documento a elaboração e*
249 *divulgação de uma campanha estadual de valorização de profissionais e lojas que não*
250 *adotam a prática da reserva técnica. Assinam esse documento os Presidentes de todas as*
251 *Associações”.* O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELO sugere que amplie o texto
252 especificando o envolvimento das cinco entidades envolvidas na elaboração da Tabela de
253 Honorários e que foi coordenada pelo IAB e que o Concurso fosse organizado em conjunto
254 por todas as Entidades citadas acima, inclusive o CEAU – (Colegiado das Entidades de
255 Arquitetura e Urbanismo) que está em vias de criação, e completa que o Concurso é uma
256 espécie de substituição das RTs por outra forma de valorização e de prestigiar o Arquiteto. O
257 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclarece que a indicação do IAB foi devido ao seu
258 histórico de 100 anos de Concursos e pelo vínculo com os Órgãos Internacionais, a UIA –
259 (União Internacional dos Arquitetos) que representa no Brasil. O Conselheiro Suplente
260 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES comenta que o principal motivo desta reunião foi
261 elevar e personalizar essas ações de Ética no Paraná, e que o tema central em relação as RTs
262 dos Arquitetos junto à sociedade, era demonstrar a valorização do profissional e não de
263 destruição profissional como muitos entenderam. Continuando, o Conselheiro Titular
264 RONALDO DUSCHENES faz uma breve apresentação sobre a campanha realizada na reunião



265 do dia 11 (onze) de abril esclarecendo que: “Os três atores principais começam com o cliente,
266 que pode ser o público, a sociedade, que contrata o arquiteto diretamente para fazer o
267 projeto. O fornecedor tem uma relação com o Arquiteto, motiva que essa relação seja bem
268 elaborada para o industrial poder desenvolver os seus produtos, que precisa do Arquiteto. É
269 necessário, porque o profissional que faz a interpretação e determina como tem que ser
270 feito. E por outro lado o arquiteto precisa dessa relação para poder fazer as suas
271 especificações que envolve tempo e dinheiro. Quem paga? Tem sido uma forma ou um
272 espaço para poder desviar do que deveria acontecer eticamente. O fornecedor tem que usar
273 o seu tempo e o seu marketing para mostrar o seu produto, é a função dele que vai tentar
274 mostrar através de cursos, palestras, visita de vendedor, seja como for ele vai mostrar ao
275 arquiteto o que há de novo no mercado. No entanto, o profissional ao mesmo tempo ao
276 aprender vai gastar o seu tempo, que pode ser pago por ele porque está aprendendo e
277 precisa conhecer o que ele vai especificar. Entretanto, se for para fazer um trabalho de levar
278 o cliente para visitar a loja, para escolher a cor da cortina, então é uma especificação muito
279 direta isso deverá ser cobrado em horas técnicas. Entre fornecedor e cliente há um contrato
280 que é a venda de produtos que possuem seu preço que não deve incluir o arquiteto, estão no
281 seu contrato de compra. Comenta também, como foi a criação do CAU, as leis que trata da
282 abrangência, direitos e deveres, campos de atuação, acervos, etc., contendo 14 (quatorze)
283 capítulos, com 68 (sessenta e oito) artigos, e com apenas 1 (um) capítulo sobre Ética com 6
284 (seis) artigos, que vão do artigo 17 (dezessete) ao artigo 23 (vinte e três) e apenas o artigo 18
285 (dezoito) diz que constitui infrações disciplinares, e diz no seu inciso 6º (sexto) que constitui
286 infração disciplinar locupletar-se ilicitamente por qualquer meio às custas de cliente
287 diretamente ou por intermédio de terceiros. Portanto, o Código, além de ter um preâmbulo e
288 funções deontológicas e obrigações gerais, trata de obrigações em seus capítulos, com
289 interesse público em primeiro lugar. O compromisso com o contratante, com a profissão, os
290 colegas, e ainda, com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Na relação entre o Arquiteto e
291 o Fornecedor da forma mais ética e moral na sua regra no item 3.2.18 “o *Arquiteto e*
292 *Urbanista deve recusar-se a receber honorários, pagamentos ou vantagens, entre duas partes*
293 *de um mesmo contrato vigente*”. Deste modo, a transparência não resolve, é proibido. Não
294 adianta dizer: mas eu estou fazendo um contrato com o cliente, e que eu vou receber pelas
295 RTs. Não é permitido, esse processo é viciado ”. Na Sequência o Coordenador da CED
296 comenta sobre as Empresas fazerem premiações para profissionais: “A marca lança uma
297 campanha para levar profissionais para “*Art Basel*” em Miami e destaca que esta é a segunda
298 edição do concurso, que premiará Arquitetos e Decoradores de acordo com a performance
299 de especificação de produtos da marca. Neste caso é explícito e ainda, disponibiliza o nome
300 de todos os Arquitetos, que foram Publicados na Gazeta do Povo, no entanto, dentro do
301 Conselho fica a obrigação de levantar, e analisar e eventualmente punir esses arquitetos
302 envolvidos”. Cita que outra empresa envolvida na mesma prática é a Porto Belo, e que em
303 breve a CED deve entrar em contato alertando sobre sua conduta. O Coordenador também
304 relata a divulgação de uma propaganda, e solicita que seja colocado para tocar em plenária o
305 áudio da propaganda que diz: “*Agora eu quero falar com você vendedor e instalador de ar*
306 *condicionado, me responda, você é um parceiro da Central Ar? Não? Como não, meu filho?*
307 *Corra agora mesmo e cadastre se na Central Ar.com, as vantagens são inúmeras. Você vai*
308 *contar com consultores de venda dedicados e treinados para melhor te atender. Também terá*



309 *todo o suporte do pós-venda com atendimento diferenciado para você e seu cliente. E uma*
310 *coisa que em tempo de crise é muito importante, sua Reserva Técnica é paga pontualmente*
311 *sem burocracias. Está esperando o que? Acesse Centralar.com.br, a número um em ar*
312 *condicionado”. O Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA manifesta-se dizendo que*
313 *tem conversado constantemente com colegas da profissão e que eles não entendem este*
314 *tema como de Reserva Técnica, e acredita que o CAU precisa deixar claro para que*
315 *compreendam que “Locupletar-se indevidamente...” nada mais é que as viagens que estão*
316 *recebendo por milhagem, por quantidade de compras que estão fazendo na Empresa é uma*
317 *Reserva técnica e esta prática o CAU condena e de outra forma de entendimento ocorrendo*
318 *através punições e advertências públicas. A Conselheira Titular CRISTIANE BICALHO DE*
319 *LACERDA comenta que logo quando foi divulgado a campanha do CAU/BR, a ASBEA/PR e o*
320 *CAU/PR receberam um manifesto de mais de 200 (duzentos) Arquitetos que demonstraram*
321 *suas insatisfações referente a Campanha, assim foi protocolado na Sede deste Conselho. No*
322 *entanto, a Conselheira verifica a necessidade, dos representantes destes Arquitetos serem*
323 *chamados até o Conselho que por sua vez esclarecerá aos mesmos a questão da RT, e assim*
324 *esses representantes contribuirão como porta voz do Conselho colaborando para os*
325 *esclarecimentos de outros profissionais. Na sequência o Conselheiro Titular LUIZ BECHER fala*
326 *que em Campo Mourão tem lojas da Porto Belo, da Todeschini e outras que trabalham nesta*
327 *maneira em base da RT. Proporcionando grandes viagens a estes profissionais das áreas*
328 *envolvidas e que dificilmente será feita uma fiscalização para leigos. A Conselheira Titular*
329 *MARGARETH ZIOLLA MENEZES solicitada esclarecimento no caso de um profissional receber*
330 *um convite para conhecer uma fábrica de um fornecedor, qual é o posicionamento da*
331 *Comissão referente a este assunto? O Coordenador da CED, Conselheiro Titular RONALDO*
332 *DUSCHENES comenta que este tema ainda será discutido pela Comissão. Não havendo mais*
333 *debate sobre o assunto, e com a pauta da CED encerrada, o Presidente JEFERSON DANTAS*
334 *NAVOLAR concluiu solicitando a participação da próxima comissão.....*
335 **.2.2. Relato da Comissão de Organização e Administração - COA.....**
336 *É convidado o Conselheiro Titular e Coordenador da COA, BRUNO SOARES MARTINS, que*
337 *com a Ata (ANEXO II) da Comissão exposta na tela, inicia dizendo que a COA tem uma pauta*
338 *relativamente extensa, porém tentará ser o mais breve possível. O primeiro assunto refere-se*
339 *ao ofício CAU/BR nº 21/2016-PR que trata do Decreto 8.539/2015 que “Dispõem sobre o uso*
340 *do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das*
341 *entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”. Diante da*
342 *necessidade do alinhamento de resposta ao Programa GESPÚBLICA, foi realizado nos dias 28*
343 *e 29 de março em Porto Alegre, uma reunião entre os CAUs/UF que participaram do*
344 *programa, com vistas a avaliar as possíveis soluções de atendimento ao Decreto 8.539/2015.*
345 *Participaram da reunião, a Conselheira Margareth Menezes, o Conselheiro Luiz Eduardo Bini,*
346 *e o Fiscal Arquiteto do CAU/PR Walter Gustavo Linzmayer. Este ofício solicita que seja criado*
347 *uma Comissão temporária para dar continuidade nesse processo do GESPÚBLICA. Diante da*
348 *solicitação, a COA juntamente com a Presidência sugere que para compor a Comissão*
349 *temporária para a GESPÚBLICA, os Conselheiros Luiz Eduardo Bini, Milton Carlos Zanelatto, a*
350 *Conselheira Margareth Menezes e o Fiscal Arquiteto do CAU/PR Walter Gustavo Linzmayer,*
351 *uma vez que os mesmos já estão participando das reuniões. O Conselheiro Titular LUIZ*
352 *EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, fala sobre a reunião que o mesmo participou em Porto*



353 Alegre, e explana que a seis meses houve um decreto que visa otimizar o sistema vinculando
354 os portais de transparência, fluxos de processos; virtualizando o sistema de uma forma a
355 otimizar custos e transparência. Segundo o Conselheiro, na reunião realizada em Porto
356 Alegre foram apresentadas alternativas de sistemas de plataforma para que isso ocorra,
357 gerando um contraste muito grande no debate, de um lado se posicionaram em defesa do
358 SICCAU falando que já existe a plataforma e que basta atualizá-la, e do outro lado a
359 orientação do CAU /BR é que se implemente uma nova plataforma, se tornando um debate
360 extenso e delicado, pois também a inclusão desta nova plataforma implica em custos bem
361 elevados, envolve muita opinião, questões técnicas de TI; e finaliza sua explanação dizendo
362 que com a ajuda da Assessoria do Conselho foi possível cumprir as primeiras estipulações do
363 decreto, que era o encaminhamento do ofício, e avisa que ainda haverá mais três etapas até
364 a implementação completa do decreto que deve durar cerca de um ano e meio. O Presidente
365 JEFERSON DANTAS NAVOLAR complementa: “os Conselheiros podem estar se perguntando,
366 mas porque não utilizamos um *software* livre de “Gestão de Processo”? O problema é que
367 nenhum deles conversa com o SICCAU. Um especialista em TI numa consulta uma vez disse
368 uma frase para mim, disse assim: "olha, vocês foram muito longe com o SICCAU. Parabéns. O
369 problema é que vocês criaram o Sistema antes de caracterizar o problema". Neste momento
370 o Presidente coloca para votação a aprovação dos membros para a Comissão Temporária de
371 TI para acompanhamento ao Programa GESPUBLICA. Sem manifestações contrárias fica
372 aprovada a composição da comissão integrada pelos Conselheiros Luiz Eduardo Bini, Milton
373 Carlos Zanelatto, a Conselheira Margareth Menezes e o Fiscal Arquiteto do CAU/PR Walter
374 Gustavo Linzmayer. Retomando o relato, o Coordenador da COA, fala a respeito do Ofício
375 Circular CAU /BR nº 001/2016 – GG (ANEXO III), trata-se de um informe referente a execução
376 da Lei de Acesso à Informação (LAI) e normas afins. Seguindo o cronograma do CAU/BR,
377 reitera que o prazo final estipulado pelo TCU para implementação total da LAI é dia
378 28/08/2016. Segundo o Coordenador da COA, o CAU/BR solicita a resposta de um
379 questionário e a distribuição de alguns dados ao CAU/BR para que possam encaminhar esse
380 processo. Na oportunidade o Coordenador da COA, solicita ao Assessor de Comunicação do
381 CAU/PR que explique a respeito da implantação do sistema. O Assessor de Comunicação, Sr.
382 ANTÔNIO CARLOS DOMINGUES DA SILVA explica brevemente que o TCU tem usado o
383 CAU/BR como um exemplo a ser seguido referente à aplicação da LAI. O CAU/BR desenvolveu
384 o Portal de Transparência que será aplicado a todos os CAUs/UF. No site do CAU/PR
385 (<http://www.caupr.org.br>) existe a aba “Transparência”, dentro desta aba está disponível
386 sub-abas referente às informações de Planejamento, Finanças, Licitações, Viagens, Gestão de
387 Pessoas, e Eleições 2014, e em cada sub-abas existem documentos relacionados aos mesmos
388 assuntos da aba. Segundo o Assessor de Comunicação existe um cronograma do CAU/BR que
389 até o dia 29 de agosto todos os CAUs/UF estarão com o Portal de Transparência implantados
390 de forma automatizada, e finaliza dizendo que o CAU/PR está cumprindo todas as etapas
391 para a implantação definitiva. O Presidente informa que todos os arquivos digitalizados
392 disponíveis no Portal existem seus documentos físicos devidamente assinados pelos setores
393 responsáveis. O Coordenador da COA finaliza o assunto dizendo que deve ser emitido um
394 documento de aceitação dos termos vinculados a esse processo, porém praticamente está
395 tudo encaminhado, sendo agora só uma questão de tramitar todos os detalhes, responder ao
396 questionário e enviar ao CAU/BR para cumprimento dos ritos do TCU. Seguindo com a pauta,



397 o Coordenador comenta sobre o evento do 88º (octogésimo oitavo) ENIC (Encontro Nacional
398 da Indústria da Construção), onde o CAU/PR foi convidado para a Solenidade de Abertura, e
399 lembra que na plenária passada havia sido indicado para participar do evento o Presidente do
400 CAU/PR Jeferson Dantas Navolar, e os Conselheiros Nestor Dalmina e Leandro Teixeira. O
401 evento tem data prevista para ocorrer nos dias 11, 12 e 13 de maio de 2016. O Conselheiro
402 Titular NESTOR DALMINA pede a palavra e comenta que, o CAU/PR foi convidado para a
403 abertura do evento, em contato com o SINDUSCON foi informado que para participar dos
404 três dias existe uma taxa de inscrição no valor aproximado de R\$2.000,00 (dois mil reais) por
405 pessoa, e que o mesmo pensa em participar na qualidade de empresário, pois é proprietário
406 de uma empreiteira, porém acredita que até por questão de contenção de despesas o
407 CAU/PR deveria participar da abertura somente. O Presidente solicita o prosseguimento da
408 pauta. O Coordenador da COA, Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS, comenta sobre
409 a solicitação de apoio ao Centro Cultural Humaitá (ANEXO IV), onde a mesma obteve
410 concessão de uma área pública de parte da Prefeitura. O Coordenador faz uma breve leitura
411 do início do texto de solicitação para que os demais Conselheiros possam entender sobre o
412 tipo de apoio: “O Centro Cultural Humaitá está em momento muito rico de sua caminhada. A
413 instituição recebeu a concessão do uso do Viaduto Capanema para construção de um Centro
414 Cultural. Pretendemos acessar recursos de fundos que já nos apoiam. Temos também a
415 possibilidade de levantar recursos via Lei Rouanet para apoio da iniciativa privada. Temos
416 pessoas interessadas em apoiar, mas nós não temos a expertise e nem o recurso para
417 contratar uma equipe que nos ajude a formular o projeto de arquitetura e aprová-lo junto ao
418 Conselho Municipal de Urbanismo. Temos uma planta feita por um voluntário amigo nosso,
419 mas o processo é bem complexo para ele fazer sozinho, que é o arquiteto Homero Reboli. Daí
420 a nossa necessidade de apoio. Sabemos que a repercussão dessa revitalização do viaduto
421 será uma ação única na cidade! Só o fato de recebermos a concessão já nos deu mídia
422 gratuita em vários meios. O espaço pede uma inteligência arquitetônica diferenciada. No
423 aguardo do retorno, ficamos à disposição para maiores esclarecimentos e ressaltamos que
424 temos urgência”. O Coordenador comenta que efetivamente a Humaitá não esclarece o tipo
425 de apoio que necessitam, e que a COA, iniciando uma conversa com o Presidente Jeferson
426 Dantas Navolar, entende que se trata de um apoio técnico, de desenvolvimento de projetos;
427 e que se houver prazo, a sugestão seria a elaboração de um Concurso de projetos, que
428 poderia contar com a colaboração do CAU/PR. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR faz
429 a seguinte complementação: “primeiro, é exótica esta situação: uma entidade privada sem
430 fins lucrativos recebe da Prefeitura uma concessão de uso que envolve um viaduto. Claro que
431 é a parte de baixo do viaduto com seu entorno, grama, etc e tal. Então assim, o que estamos
432 nos propondo? A solicitação chegou para o CAU/PR via IAB. Eles procuraram o IAB pedindo
433 apoio técnico. A secretária do IAB encaminhou para o Presidente, que chegou para nós, e eu
434 estou propondo que nós façamos uma reunião para ouvir esse caso, principalmente para ver
435 como essa Entidade conseguiu via Decreto Municipal? Decreto é decreto. Enfim, primeiro
436 para entender e depois talvez contribuir com uma participação, verificando a possibilidade de
437 indicar a realização de um Concurso, se for o caso. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA
438 DUDEQUE, coloca que embora fique numa posição meio ambígua, pois faz parte do CAU e do
439 IAB, se posiciona desfavorável quanto à solicitação de apoio, e comenta que a função do CAU
440 não é promover Concurso, não é promover ação cultural em viaduto; a função é fiscalizar a



441 profissão e dentro das regras, valorizar a arquitetura; mas não uma ação desse modelo. E em
442 sua opinião é algo que acredita que nem precisa levar adiante. Mediante o posicionamento
443 do Conselheiro, o Presidente solicita ao mesmo que, uma vez que esta solicitação veio por
444 meio do IAB, o Conselheiro e também Presidente do IAB, Irã José Taborda Dudeque, faça-se
445 um ofício informando a Humaitá a não participação. O Coordenador da COA, BRUNO SOARES
446 MARTINS, intervém e acrescenta que discorda um pouco da questão colocada pelo
447 Conselheiro Irã José Taborda Dudeque, pelo seguinte: “nós, há poucos dias, abrimos a
448 possibilidade de apoios financeiros no caráter de Patrocínio, enfim, a todas as outras
449 atividades, do qual foi promovido um Concurso autorizado por nós, que foi o Concurso da
450 ADEMADAN (Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina)
451 para revitalização de espaço de Antonina. Então, no meu entendimento é extremamente
452 cabível sim que o CAU apoie, talvez nos mesmos “moldes” do que foi proposto naquela
453 oportunidade, um Concurso promovendo arquitetura de qualidade. Claro, não somos nós
454 que vamos fazer o concurso, nós estamos falando de orientar a promoção de um Concurso
455 para solução do espaço daquela área”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, levando
456 em consideração as manifestações dos Conselheiros, propõe que primeiramente seja feito
457 uma reunião de esclarecimento, e após esta reunião decidir-se sobre o encaminhamento a
458 ser feito. Ficando esta a proposta da mesa. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT, solicita a
459 palavra e faz o seguinte comentário: “parece-me que a decisão sobre esse assunto ainda
460 carece de maiores esclarecimentos. Como encaminhamento eu concordo com o Presidente,
461 embora acredito que estamos falando de coisas diferentes. O conselheiro Irã e o Conselheiro
462 Bruno estão na verdade tratando de assuntos que tem correlações, ou melhor, tem relações,
463 mas necessariamente no momento a demanda que aconteceu não tá participando de um
464 processo em que teve uma Comissão que analisou sob o ponto de vista de determinados
465 critérios que foram explicitados e com base nesses critérios alguns projetos sim foram
466 contemplados e receberam recursos. Mas de qualquer forma, tudo isso é uma questão de
467 encaminhamento, o que me parece é que temos que nos informar melhor para ver qual
468 solução a ser dada para o assunto”. Após a palavra do Conselheiro, o Presidente coloca para
469 votação a proposta da mesa, de primeiro marcar uma reunião de esclarecimento com a
470 Humaitá, para depois verificar qual o encaminhamento será realizado. Colocado em votação,
471 sem manifestação contrária, fica aprovada a proposta da mesa. Dando continuidade a pauta,
472 o Coordenador da COA, apresenta os Relatórios dos setores do CAU/PR, e comenta:
473 “iniciando então pelo relatório administrativo (ANEXO V). Bom, eu vou antecipando para dar
474 agilidade ao processo, mas basicamente então do nosso relatório administrativo nós temos
475 um item aqui que é bastante importante lá no gráfico com relação ao número de
476 funcionários, como podemos perceber, tivemos o aumento de 4 (quatro) funcionários que
477 foram os Arquitetos Fiscais. Então de 32 (trinta e dois) passou para 36 (trinta e seis)
478 funcionários. Diante desse item gostaria que colocasse em tela a planilha de Relação dos
479 Funcionários (ANEXO VI). Observe o gráfico que resume bem. Considerando a contratação
480 dos Fiscais, o nosso quadro de funcionários pela primeira vez está maior na atividade fim do
481 que nas atividades meio e as atividades de desenvolvimento. Então nós temos hoje mais
482 funcionários na atividade fim, que é a Fiscalização e o Atendimento, do que nos demais
483 setores”. Na oportunidade, o Coordenador da COA, solicita ao Gerente de Fiscalização do
484 CAU/PR que relate um pouco das atividades que serão desenvolvidas agora com a



485 contratação dos novos Fiscais. O Gerente de Fiscalização, o arquiteto urbanista WALTER
486 GUSTAVO LINZMAYER explica que: Do dia 4 ao dia 8 deste mês, durante uma semana, nós
487 aqui no CAU/PR nos preparamos para poder atender os novos Fiscais, a presidência estava
488 presente, os gerentes também, foi explicado de uma maneira geral aos novos colaboradores
489 que vão ficar nos Escritórios Regionais do interior como funciona toda a questão de fluxo,
490 quais eram as competências de cada setor dentro do CAU para que eles possam entender,
491 por exemplo, que o trabalho deles na ponta, quando ele sair em uma diligência, quando ele
492 for fazer uma representação, quando ele for chamado por um grupo político ou qualquer
493 coisa do tipo no interior ou estiver fazendo a sua atividade de operação do dia a dia para que
494 ele saiba que o trabalho dele de fiscalizar, de fazer um laudo, de às vezes entregar um ofício
495 de uma forma diplomática, colocamos bem claro também que eles também são uma espécie
496 de “embaixadores” naquela tentativa de primeiro orientar, depois disciplinar e, por último,
497 fiscalizar. E eles entenderam todo o fluxo, por exemplo, que se acontece um sinistro
498 qualquer, o trabalho deles iniciam lá, cada um tem a sua Regional que vocês mesmos já
499 definiram, esse trabalho vai chegar, vai passar por nós aqui, vai chegar à mão de vocês, isso
500 vai ter um fluxo, isso tem um tempo, tem um certo rito administrativo para tudo acontecer e
501 que muitas vezes eles serão pressionados, seja por colegas profissionais, seja pela própria
502 sociedade, que são os leigos e não entendem, e nós arquitetos às vezes não entendemos que
503 nem sempre tudo é tão rápido ou não conseguimos fazer tudo que a sociedade espera ou
504 temos que explicar para a sociedade que, por exemplo, o CAU não vai defender o arquiteto, e
505 sim a sociedade. Discutimos como é o sistema do CAU, como ele funciona nacionalmente,
506 como é a estratégia do Plano de Fiscalização, vamos trabalhar com rotinas. Da mesma forma
507 os Fiscais vão atuar em contato muito frequente com os Conselheiros, e também às vezes
508 poderão absorver demais serviços de outros setores no interior. Então foi mais ou menos
509 essa ideia. Foi um primeiro momento de explicação do entendimento do todo, até mesmo da
510 Plenária”. E finaliza dizendo que: “um segundo momento de um treinamento que a
511 CEP/Nacional é quem recepciona a Resolução de nº 22, que é a da fiscalização, conclamou a
512 todas as CEPs do estado a fazer um workshop de fiscalização, e depois desse workshop que
513 teremos em Brasília, nós vamos retornar e vamos ter uma semana, de novo, em vez de fazer
514 duas semanas seguidas com o pessoal, eles estão já absorvendo a rotina interna do escritório
515 e tudo mais para tirar dúvidas, e passaremos mais conhecimento e treinamento
516 aprofundando nos aplicativos e no manual de fiscalização”. O Presidente agradece ao
517 Gerente de Fiscalização, e complementa: “ Da infraestrutura de apoio, ainda não
518 conseguimos os telefones os a aquisição de veículos. A proposta é que compremos um carro
519 por Regional, que se compre um carro 1.4 ou 1.6, porque as distâncias são grandes e as
520 viagens devem ser feitas com toda a segurança Essa questão gradual acredito que é
521 importante porque eles não vão à rua imediatamente, estão lá agora cada um já com a sua
522 relação de processos que cabem a cada Regional. Continuando a apresentação dos relatórios,
523 o Coordenador da COA, comenta sobre o relatório da Comunicação (ANEXO VII): “Houve uma
524 evolução considerável com relação à parte de design e marketing, no desenvolvimento das
525 atividades principalmente *web*, teve também uma constância no desenvolvimento das
526 atividades do jornalismo em comparação aos outros meses e na condição da Assessoria de
527 Imprensa que tivemos aqui uma ligeira queda, principalmente na condição da Ouvidoria. Nós
528 temos uma queda considerável nos índices de reclamação feitos na Ouvidoria, estão em



529 torno de 80% (oitenta por cento) de queda de reclamações”. O Assessor de Comunicação,
530 esclarece que a queda é que no relatório do mês passado constavam as reclamações
531 derivadas de anuidades e sobre a campanha de RT, o que já não ocorreu para este relatório.
532 Prosseguindo, o Coordenador da COA comenta sobre o relatório de Fiscalização (ANEXO VIII):
533 “acredito que o relatório da fiscalização é algo que está sendo esperado para daqui para
534 frente alguns aumentos com relação à distribuição, claro que precisamos aguardar o restante
535 da implementação da fiscalização, e com certeza teremos uma mudança significativa nesses
536 números”. Referente o relatório do Atendimento (ANEXO IX): “um item que nos fez avaliar
537 com bastante atenção, é que nós voltamos a ter queda nos números de RRTs emitidas, em
538 comparação ao mesmo período de 2015, por exemplo, nós tivemos uma queda de quase 40%
539 (quarenta por cento). Acredito que na próxima plenária nós vamos poder atualizar melhor,
540 mas estávamos com ascensão do nosso índice de RRT, em janeiro eram 4.400 RRT (quatro mil
541 e quatrocentos Registros de Responsabilidades Técnicas), depois subimos para 5.300 RRT
542 (cinco mil e trezentos Registros de Responsabilidades Técnicas), subimos para quase 7.000
543 RRT (sete mil Registros de Responsabilidades Técnicas) de novo em março e agora em abril é
544 que nos assustou realmente esse índice, mas não tínhamos nos atentado para essa condição
545 de que a plenária foi antecipada em uma semana, o que pode estar causando a diferença na
546 avaliação”. Com relação ao relatório do Departamento Jurídico (ANEXO X): “Acredito que um
547 item que nos chama bastante atenção, o Presidente já comentou, nós havíamos reforçado, é
548 o item número cinco, se não me engano, acredito que é a quarta licitação para processo de
549 contratação de telefonia móvel, é a quarta, então mesmo o pessoal demonstrando esse
550 interesse de participar, alguns fizeram contato anterior e tudo, na hora da licitação
551 efetivamente acabam não aparecendo. Então tem todo um processo complexo a se resolver
552 com relação a isso. Total de movimentações do departamento jurídico foi 108 (cento e oito)
553 nesse mês com diversas atividades. Houve uma diminuição no número de arquivamentos nos
554 processos *Ad referendum*, por este motivo tem uma diminuição do volume total de
555 atividades do Departamento Jurídico”. O Próximo assunto refere-se a Proposta de
556 Deliberação do CAU/PR (ANEXO XI), que dispõe sobre a concessão de diárias de pernoite aos
557 Fiscais Analistas Arquitetos e Urbanistas do CAU/PR decorrentes de viagens no exercício das
558 atividades de Fiscalização – Diária de Fiscalização. O Coordenador da COA apresenta o
559 documento para análise da Plenária, e comenta: “com a implementação do processo de
560 fiscalização tem um vínculo com a Comissão de Finanças; basicamente todas as atividades de
561 fiscalização que acontecerem fora do exercício da atividade convencional de sair daqui, por
562 exemplo, do CAU, se deslocar até o local da fiscalização e voltar à sede, isso gera
563 necessariamente o processo de diárias. Então dentro dessa projeção se propõe um item de
564 diárias específicas para o Setor de Fiscalização tendo em vista que a diária estadual não é
565 necessariamente cabível para esse mesmo procedimento. O parágrafo primeiro apresenta
566 que essa diária não caracteriza o pagamento da alimentação e que o servidor que receber
567 diárias e não se afastar da sede ou retornar à sede no mesmo dia sem ocasionar pernoite não
568 terá a condição dessa diária, e se tiver recebido por antecedência, que eventualmente pode
569 acontecer, ele ter o prazo de 5 (cinco dias) dias para restituição do valor ao Conselho. Então
570 com base na lei do artigo 34 é o que justifica essa necessidade dessa diária, essa diária de
571 fiscalização é para cumprir então o que é estabelecido pela lei. As viagens estão no artigo
572 terceiro e serão realizadas via rodoviária, prioritariamente utilizando automóvel cedido pelo



573 CAU, o automóvel será conduzido pelo próprio funcionário analista e arquiteto fiscal e deverá
574 então proceder dentro das suas condições de trânsito. No artigo 4º (quarto), entende-se por
575 diária de fiscalização aquela destinada a atender as despesas de hospedagem, sendo devida
576 uma diária para cada dia de afastamento em que haja pernoite fora da sede do funcionário a
577 serviço. Exemplo, funcionário de Pato Branco sempre que se deslocar de Pato Branco será
578 computada essa diária se tiver o pernoite. O artigo 5º (quinto) fala do valor, está organizado
579 esse valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da diária estadual, então a diária
580 estadual está na ordem de R\$ 370,20 (trezentos e setenta reais e vinte centavos) e a diária a
581 50% (cinquenta por cento), que é a diária da fiscalização para pernoite ficaria R\$ 185,10
582 (cento e oitenta e cinco reais e dez centavos) no valor de hoje. Os demais itens acham que é
583 só do modo e a forma, o importante é falar que jamais dentro do processo de fiscalização
584 incluindo essa relação das diárias o fiscal não vai poder, em momento algum, ter acima de
585 50% (cinquenta por cento) do seu salário em diárias, porque isso caracteriza necessariamente
586 a condição de salário, e não mais a condição de diárias. Então dentro de toda programação
587 da fiscalização, dentro de todo o desenvolvimento, de todo esse processo, o Gerente de
588 Fiscalização sempre vai ter que autorizar que esses deslocamentos, para que essas diárias
589 aconteçam dessa forma também organizar todo o tramite, todo o processo de fiscalização
590 para que seja cumprido de forma a atender a todos esses quesitos”. O Conselheiro Suplente
591 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES faz a seguinte pergunta: “Essa questão de diárias,
592 por exemplo, o pernoite, isso gera algum impacto de hora extra, alguma outra incidência
593 além da diária ?” A Assessora Jurídica Dra. CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE responde
594 da seguinte forma: “Já é pacificado no TST, (Tribunal Superior do Trabalho), e no STJ
595 (Superior Tribunal da Justiça), que é função do fiscal realizar atividades externas, então isso
596 não caracteriza, porque ele pode, na saída dele, aproveitar e fazer questões para ele, que
597 acaba muitas vezes fazendo, e não tem esse controle. Então já é pacificado que Fiscal não
598 tem controle e, em não tendo controle, ele também não tem hora extra. Então mesmo que
599 ele ajuíze depois, ele não tem hora extra. E daí por isso da caracterização também de diária
600 com pernoite, porque mesmo que ele vá, por exemplo, fiscalizar o município de Guaratuba e
601 ele chegue de retorno às 4 da manhã em Curitiba, ele não pernoitou em Guaratuba, então
602 isso não é hora extra e nem é um pernoite”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
603 complementa dizendo que todos os funcionários, inclusive os concursados do CAU/Paraná,
604 assinaram um contrato de trabalho. Então tendo essa Deliberação aprovada, ela é numerada,
605 e será citada no contrato dos Fiscais. O Conselheiro Titular IDEVALL DOS SANTOS FILHOS
606 pergunta se ficar constatado que o profissional recebe mas não pernoitou, como proceder
607 para a devolução do valor? A Assessora Jurídica responde que: “Esse caso já foi pensado, na
608 verdade devolver o dinheiro para o CAU é um pouco complicado, porque na hora que está
609 devolvendo tem que 20% (vinte por cento) que vai para o CAU/BR na hora que faz o
610 depósito. Colocamos 5 (cinco) dias por uma questão de advertência mesmo funcional, mas a
611 expectativa é já ter esse valor como reconhecido para uma próxima atividade. E em não
612 tendo até o dia do pagamento do salário dele uma nova saída, que o CAU possa descontar do
613 pagamento do salário, considerando o valor adiantado. Em reunião com o Financeiro, não se
614 sabe na prática quantas diárias vão ser necessárias; então esse é o padrão que o CAU
615 verificou até de outros Conselhos, e quando na prática aparecer um novo formato, a
616 necessidade, o financeiro vai apresentar um pedido de alteração. Hoje acredita-se que essa



617 forma é a necessária. Como foi dito, porque ainda não pode ter um valor que chegue ou
618 ultrapasse os 50% (cinquenta por cento) do salário dele. Caso isso aconteça, vai ser pedida
619 uma mudança dessa deliberação, mas acredita-se que isso é o suficiente”. O Conselheiro
620 Titular CARLOS HARDT questiona: “ se já não seria adequado que a Deliberação já constasse
621 na forma juridicamente adequada sob o ponto de vista trabalhista exatamente os
622 procedimentos a serem tomados ou talvez criar uma bolsa de diárias ou isso servir de
623 adiantamento ? Porque você pressupor que não vá haver problema, eu não sei se isso não é
624 muito frágil. Já estamos regulamentando, se isso não deveria ser objeto de um cuidado
625 especial para deixar explícito e dizer, "se acontecer tal forma, o procedimento é esse, se
626 acontecer de outra forma, o procedimento é aquele". Efetivamente me causa um pouco de
627 incomodo pressupor que não haverá problemas e, por conta disso, não ter na própria
628 Deliberação”. Segundo a Assessora Jurídica, qualquer alteração da Deliberação será feita
629 apenas com autorização da Plenária, e que no contrato dos funcionários já esta previsto que
630 a Deliberação em vigor pode sofrer alteração conforme a ordem de classe de trabalho, e o
631 que vale é a Deliberação assinada no ato do contrato. Então a mesa encaminha pela
632 aprovação do texto como está sabendo que vai no contrato dos fiscais que já estão
633 trabalhando e que havendo qualquer retificação, principalmente essa em relação a como
634 comprovar as contas”. Colocado para aprovação o texto referente à Deliberação, sem
635 manifestações contrárias foi aprovado. Prosseguindo com o penúltimo item da pauta da COA,
636 o Coordenador fala que só tem um feriado que ainda não havia sido discutido via calendário.
637 Considerando o feriado nacional de 07 de setembro, e lembrado que dia 8 de setembro é
638 feriado municipal em Curitiba, devido a Padroeira da Cidade; o dia 09 de setembro pós
639 feriado municipal não será emendado aos demais; porém o funcionário poderá solicitar a
640 folga em desconto em Banco de Horas, desde que previamente acordado e autorizado pelo
641 seu Gestor. Sugere-se também que para a folga seja feito uma escala de trabalho, não
642 prejudicando assim as atividades do Conselho. O último item de pauta, trata da Reunião
643 Ampliada da FNA (ANEXO XII) no dia 13 a 15 de maio, que ocorrerá na cidade de
644 Florianópolis. Os Conselheiros Milton Carlos Zanelatto e Giovanni Guillermo Medeiros
645 solicitam apoio para participar do evento, e na oportunidade o Coordenador da COA solicita a
646 um dos conselheiros que esclareçam a solicitação. O Conselheiro Titular GIOVANNI
647 GUILLERMO MEDEIROS explica: “a FNA está promovendo agora no mês de maio, a reunião
648 ampliada em Florianópolis que vai ocorrer no Hotel Canto da Ilha, se não me engano, no
649 Costão do Santinho. Ainda não temos a pauta definida, mas acredito que em vista da última
650 reunião que teve, que o tema foi habitação de interesse social, e em vista do Habitat em
651 Quito isso volte a se repetir. Assim que tiver a pauta, eu posso trazer para os colegas. A ideia
652 seria também levar para discussão da FNA as questões debatidas no grupo de trabalho da
653 COP 21 e o nosso pedido ficaria para custear um deslocamento ida e volta e as diárias dos
654 dias de evento em questão como representatividade do CAU dentro da reunião ampliada”. O
655 Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES, aproveita e esclarece: “Só
656 para deixar claro, eu como Presidente do Sindicato já tenho minha participação garantida,
657 sendo a solicitação de apoio para a participação do Conselheiro Giovanni. A FNA tem duas
658 reuniões anuais, que é a plenária estendida, aberta a todos os Sindicatos e delegados, e a
659 ordinária, que é mais questão de diretoria e restrita à diretoria e ao Sindicato. Então já é
660 possível levar para pauta algumas questões de cidade, como o Giovanni comentou, a pauta da



661 COP 21 para ficar como um dos temas para as próximas gestões, tendo uma pauta já
662 unificada junto com o discurso que estamos fazendo junto ao CAU. O Presidente coloca para
663 votação, a aprovação de apoio de 3 (três) diárias para o Conselheiro Giovani e o
664 deslocamento de carro para participar nessa reunião ampliada da FNA com o compromisso
665 de trazer a adesão da FNA para o tema da COP 21 tratada pelo CAU/PR. Sem manifestações
666 contrárias, a solicitação de apoio é aprovada. Pauta da COA encerrada, o Presidente agradece
667 ao Coordenador da COA e solicita a pausa para o *Coffee Break*.....

668 **2.3. Relatos da Comissão de Planejamento e Finanças - CPFi**.....

669 Retornando do *Coffee Break*, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, convoca o
670 Conselheiro Titular IDEVAL DOS SANTOS FILHO, Coordenador da CPFi, para dar início ao seu
671 relato, conforme estipulado na pauta da ata (ANEXO XIII). O Conselheiro relator dá os
672 parabéns para o Sr. NILTO ROBERTO CERIOLI, Gerente Geral, pelo aniversário. O primeiro
673 item em tela é a questão da aprovação da Ata anterior onde com pequenas alterações: a
674 **correção da numeração das páginas da Ata anterior, a correção de alguns nomes que**
675 constavam como presentes quando na verdade não estavam e no item segundo haviam
676 colocado "Coordenador da Comissão de Finanças" e é "Coordenador da Comissão de
677 Planejamento e Finanças". O Coordenador da CPFi relata a evolução de receitas, foram
678 apresentados os quadros resumos das receitas, 2015 e 2016, considerando as rentabilidades
679 e não incluindo as rentabilidades. Verificou-se que para o mês de março houve uma queda de
680 arrecadação, comparando com o mesmo período de 2015, não incluindo as rentabilidades
681 em 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento). Já no total do ano houve uma queda de
682 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento). Levando-se em consideração o arrecadado no
683 ano, e considerando as rentabilidades de aplicações a queda foi menor. Comparando o
684 ocorrido no mês, a queda foi de 1,4% (um inteiro e quatro décimos por cento) e no total foi
685 de 1,9% (um inteiro e nove décimos por cento). A arrecadação, muito embora continue em
686 sua linha declinante, apresentou neste mês de março uma ligeira recuperação no tópico de
687 RRTs quitados. Prosseguindo, é apresentada a posição orçamentária com as despesas. Em
688 sequência, as despesas correntes. Foram introduzidas algumas modificações para tal será
689 solicitado ao Gerente Geral dar as explicações necessárias, uma vez que foram introduzidas
690 informações com apresentações diferenciadas. O Gerente Geral, NILTO ROBERTO CERIOLI
691 inicia seu relato informando que por guardar escala no gráfico que está sendo apresentado o
692 valor empenhado que está em vermelho, não aparece, pois fica apenas uma "linha", devido
693 ao pequeno valor se comparado com o valor do orçamento que é da ordem de
694 R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) e o que foi empenhado é de R\$ 31.000,00 (trinta e um
695 mil reais), acumulados entre os meses de janeiro e fevereiro. Porém o orçamento que está
696 sendo considerado é aquele que foi idealizado entre os meses de setembro e outubro do ano
697 passado, sem considerar o superávit do final do exercício, valor que será incluído na primeira
698 reformulação do orçamento que acontecerá nos próximos 60 (sessenta). O gráfico representa
699 um comparativo entre o valor orçado e o valor empenhado. A diferença é que antes no
700 gráfico era considerado o valor orçado com o efetivamente gasto, ou seja, aquele que tinha
701 sido efetivamente gasto, o que redundava com as saídas de caixa. A ideia foi de comparar o
702 orçamento com o que já está comprometido, pois o que está empenhado já é valor
703 comprometido com futuras despesas; por este motivo o valor é alto. Na cor azul representa o
704 orçamento das despesas corrente que foi enviado ao CAU/BR, respeitando-se os limites



705 imposto pelo próprio BR. Era previsto uma queda para o final de 2015, desta forma, optou-se
706 em trabalhar com orçamento menor que é aquele colorido em verde que ficou na ordem de
707 R\$ 8.484.000,00 (oito milhões quatrocentos e oitenta e quatro mil reais). O Gerente Geral
708 ainda explica que estão acompanhando os dois orçamentos, o de cor azul foi imposto pelo
709 CAU/BR e o verde que atende as previsões que a CPFi vislumbra. O gráfico vermelho são os
710 valores que já foram empenhados esse ano e eles estão aí na faixa de R\$ 5.600.000,00 (cinco
711 milhões e seiscentos mil reais). Lembra que estão sendo considerado valores de fevereiro,
712 porque março ainda não está contabilizado. Normalmente no mês de janeiro são emitidos os
713 empenhos globais, são as previsões para as despesas que com certeza acontecerão, ou seja,
714 já contratadas. Como exemplo, salários, é empenhado para o ano inteiro, garante-se,
715 portanto, o valor necessário separando do orçamento, embora ele seja um valor estimado é
716 próximo da realidade. Junta-se a este caso os aluguéis, COPEL, SANEPAR, enfim, todas as
717 despesas sobre a qual não há nenhuma dúvida e que devem ser pagas. No gráfico o vermelho
718 representa os valores já empenhados, R\$ 5.800.000,00 (cinco milhões e oitocentos mil reais),
719 se comparados com o verde orçamento previsto, leva-se em consideração a previsão de
720 queda de arrecadação, de acordo com o que foi decidido em plenária, R\$ 8.400.000,00 (oito
721 milhões e quatrocentos mil reais), existe, portanto, uma margem de manobra de
722 aproximadamente R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais). O gráfico em azul
723 representa o orçamento concebido conforme dados do CAU/BR, que não leva em
724 consideração a queda abrupta de arrecadação. Exemplificando, a agência de viagem que
725 atende ao CAU/PR, já recebeu um empenho estimado de valor que vai ser gasto, caso o valor
726 estimado seja menor, haverá necessidade de complementação que sairá do valor de
727 manobra. Tem-se a intenção de desdobrar o orçamento por centro de custo. No início do ano
728 a contabilidade ficou extremamente envolvida com Auditoria e solicitações de relatórios para
729 o TCU. Agora a CPFi e o Setor Financeiro passarão a elaborar este desdobramento das contas
730 por centro de custos, a fim de identificar melhor a qualidade dos gastos. O Presidente
731 questiona qual seria o impacto da folha sobre a arrecadação. O Gerente Geral, NILTO
732 ROBERTO CERIOLI expõe que já houve a previsão dessas contratações na época para que
733 fosse mantido o percentual máximo de 40% (quarenta por cento), mas dependendo da
734 arrecadação presume-se que possa chegar até uns 45% (quarenta e cinco por cento). O
735 Coordenador da CPFi, IDEVALL DOS SANTOS FILHO explica que ocorreram modificações nos
736 gráficos do ano passado, agora foram separadas as despesas orçamentárias em despesas de
737 capital e despesas correntes, por terem empregos distintos. Para fazer a aprovação das
738 contas de março, o Coordenador passa a relatar a composição do saldo atual e o quadro
739 resumo de conciliação. O Coordenador da CPFi solicita a apresentação do quadro resumo de
740 evolução do fluxo de caixa, as entradas (que consideram as parcelas de arrecadação) foram
741 da ordem dos R\$ 849.483,63 (oitocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e três
742 reais e sessenta e três centavos), já as saídas foram R\$ 579.954,27 (quinhentos e setenta e
743 nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte e sete centavos). A próxima análise
744 se dará no comparativo nas taxas de rendimento das aplicações, que se mantiveram estáveis.
745 Nas despesas individualizadas conforme quadro apresentado, podem-se observar as
746 despesas da sede e de cada Escritório Regional. O Coordenador da CPFi comenta que: “com
747 relação às despesas de Cascavel, está se finalizando a instalação do novo Escritório Regional”.
748 O Presidente lembra que haverá um acréscimo de valores com relação aos salários dos fiscais



749 que serão direcionados para as Regionais. O Coordenador lembra que Cascavel ainda sofrerá
750 alteração, pois no momento ainda existem dois contratos em aberto referente ao aluguel da
751 sede antiga e da nova. Oportunamente o Presidente relata da situação da sede da Capital que
752 já abriga o Setor de Fiscalização, com a instalação de todos os equipamentos necessários à
753 segurança. Para o prosseguimento das definições, aguarda-se a posição da Prefeitura e do
754 IPPUC sobre o pedido de desafetação do trecho da Rua Valdívia. O Conselheiro Titular
755 NESTOR DALMINA é de parecer que uma pressão no IPPUC causaria efeito. O Coordenador
756 da CPFi passa a falar sobre o comportamento das despesas de março do corrente ano, e diz
757 que não apresentou eventos relevantes, tanto que as mesmas têm mantido similaridade com
758 a do exercício anterior, fato que se observa no primeiro trimestre. Os valores das RRT
759 atingiram o valor igual ao do ano de 2014, portanto ainda em declínio. Após análise a
760 Comissão de Planejamento e Finanças é de parecer favorável à aprovação do relatório
761 financeiro de março de 2016. O Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO
762 GONÇALVES, solicita a palavra para esclarecimentos e comenta: “Como as despesas são
763 balizadas por licitação, a possibilidade de se promover alteração é pouca, então a Comissão
764 optou em garantir a qualidade igual àquela que foi apresentada no início do contrato, assim
765 optou-se em questionar a qualidade dos *coffee break* que estão servidos nas plenárias.
766 Quanto aos investimentos, analisa a existência de recursos para atender nossas necessidades
767 até o final do ano, graças a uma gestão financeira segura e eficiente”. O Conselheiro
768 prossegue dizendo: “Em caixa conta-se com R\$ 9.000,000,00 (nove milhões de reais), com
769 uma previsão aproximada de despesa na ordem de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais)
770 vislumbra-se que mesmo que não haja mais arrecadação alguma pode-se acreditar que já
771 possuímos recursos monetários para atender as necessidades para este ano. Com isso o
772 CAU/PR está em vantagem a maioria das unidades da Federação. Podemos vislumbrar que os
773 investimentos podem custear 20% (vinte por cento) das despesas. Podemos que esta não é
774 uma realidade para a maioria dos CAU/UF. Além da situação exposta, o CAU/PR ainda pode
775 contar com o recurso do Fundo de Apoio, que está sendo depositado separadamente, e que
776 poderá ser usado no caso de emergência ou de complementação”. Após a explanação do
777 Conselheiro da CPFi, o Presidente toma a palavra e informa que está trazendo dois informes
778 desagradáveis; um deles é que existe um CAU/UF que está para sofrer intervenção, por má
779 gestão onde foram utilizados todos os recursos correntes quanto os de capital; o outro
780 problema está sendo apurado pela Polícia Federal onde já se constatou que ocorreu o desvio
781 de recursos. No Fórum de Presidentes, foi transmitida a notícia e alguns se colocaram de
782 forma truculenta. O Presidente informa que na oportunidade se colocou da seguinte forma:
783 “se tiver a possibilidade de contribuir com o colega, o CAU/Paraná está à disposição”. Nesse
784 momento o Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES, solicita esclarecimento quanto se nos
785 R\$ 9.000,000,00 (nove milhões de reais) já está incluído o valor da compra da sede. O
786 Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES responde: “o que sobrou de
787 recurso do ano anterior não pode ser utilizado em despesas correntes, mas está totalmente
788 liberado para investimentos, tais como compra de carros para fiscalização, reformas em
789 imóveis próprios e outras formas de investimentos”. O Conselheiro Titula RONALDO
790 DUSCHENES vislumbra a necessidade de colocar limites para as várias ações que deverão ser
791 implementadas para o ano, tais como visitas a cidades do interior, participação de seminários
792 e outras atividades que provocam despesas. Presidente do CAU/PR, concorda com a



793 colocação do Conselheiro Ronaldo, e pede para o Gerente Geral, Sr. Nilto Roberto Cerioli que
794 providencie uma planilha de rubricas específicas afim de possibilitar o desenvolvimento de
795 um planejamento. Sem mais discussão sobre o assunto, o Presidente encaminha para
796 votação Aprovação das contas de março de 2016 (ANEXO XIV). Não havendo manifestações
797 contrárias, os Conselheiros acompanhando o parecer favorável da CPFi, e as Contas do mês
798 de março de 2016 são aprovadas. Com a palavra o Coordenador da CPFi, que passa a
799 comentar sobre o Fundo de Apoio do CAU/BR. Mais a título de informação aos Conselheiros,
800 conforme aprovado em Plenária e de acordo com os extratos e informações apresentadas
801 pelo Gerente Geral Nilto Roberto Cerioli, os valores referentes ao Fundo e Apoio do CAU/BR
802 foram transferidos para a conta de nº 03730033697 da Caixa Econômica Federal. A
803 transferência realizada no mês de março foi de R\$ 26.817,08 (vinte e seis mil, oitocentos e
804 dezessete reais e oito centavos). O saldo acumulado até março de 2016, é de R\$ 135.047,11
805 (cento e trinta e cinco mil, e quarenta e sete reais e 11 centavos). Os depósitos judiciais
806 somados perfazem um valor de R\$ 749.407,04 (setecentos e quarenta e nove mil,
807 quatrocentos e sete reais e quatro centavos). Esses valores ainda não nos foram repassados.
808 Acredita-se que esses valores poderão sofrer correção monetária. O Coordenador da CPFi
809 continua seu relato, sobre a Demonstrações Contábeis do Exercício de 2016 (ANEXO XV), do
810 CAU/PR, foi realizada a aprovação, informamos que a auditoria ainda não apresentou os
811 resultados quanto a aprovação. O último item da pauta da CPFi, trata sobre GT Fórum de
812 Presidentes Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Roraima com relação à
813 avaliação das receitas de arrecadação dos CAUs/UFs. O Coordenador da CPFi passa a palavra
814 ao Presidente, para que o mesmo relate. Presidente comenta: "esse assunto é recorrente,
815 esse grupo foi criado para avaliar todas as arrecadações de todos os estados, mês a mês, com
816 o mesmo critério, pois havia uma discrepância de procedimentos, não se chegou a nenhuma
817 conclusão a respeito, até o presente momento. A única certeza até o momento é que está
818 havendo uma queda em toda a arrecadação e que o Paraná é que até o momento
819 apresentou a maior delas. Temos um atenuante não depositamos mais valores para o
820 CAU/BR como os outros estados que estão em dificuldades, mas são obrigados a realizar dois
821 recolhimentos mensais que para nós a Justiça nos liberou por ser ilegal conforme sentença
822 fomos informados que já foram anunciadas demissões em alguns CAU/UF (Espírito Santos e
823 Sergipe). Com os estudos que estão sendo realizados pelo GT (Grupo de trabalho) do Fórum
824 de Presidentes, busca-se obter um reequilíbrio orçamentário de todo o sistema CAU. Sabe-se
825 que o CAU/BR está em ótimas condições orçamentárias, mas que o sistema de arrecadação
826 foi considerado ilegal pela Justiça, assim o Paraná que era réu da ação se tornou beneficiado
827 o que nos deixa em posição confortável para propor uma negociação e dar retorno para 25
828 Presidentes que se manifestaram através de documento que foi enviado para o CAU/BR,
829 sobre o assunto". O Presidente dá por concluído e agradece ao Coordenador da CPFi.-----

830 **2.4. Relato da Comissão de Exercício Profissional - CEP.**-----

831 O Coordenador da CEP, LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, inicia informando que foram
832 13 assuntos abordados. O primeiro veio encaminhamento por parte do CAU/BR ao CAU/PR
833 sobre o Ofício Circular CAU/BR nº017/2016-PR (ANEXO XVI) que fala sobre alguns assuntos
834 referentes a lajes pré-moldadas. O Coordenador passa a palavra ao Conselheiro Suplente
835 LUIZ BECHER que apreciou a matéria e faz uma breve explanação: "considerar que o
836 arquiteto e urbanista que for responsável técnico pela fabricação e fornecimento de



837 produtos para construção civil, concreto usinado, argamassa, artefatos e cimento, lajes,
838 estrutura pré-moldada e outros produtos correlatos poderá efetuar um RRT de atividade,
839 desempenho de cargo ou função técnica". Indicando a pessoa jurídica da fábrica como
840 contratante. "Considera que esse mesmo profissional poderá efetuar também um RRT da
841 atividade técnica contida nos itens 2- Execução ou 3- Gestão do artigo terceiro da Resolução
842 21 do CAU, por serviço a ser realizado indicando a pessoa física ou jurídica do cliente
843 contratante sendo um RRT por endereço". O que chamou atenção nessa Deliberação é que se
844 considerarmos os tempos do pretérito, nós tínhamos uma ART de Cargo e Função, o
845 profissional que era o responsável pela empresa fazia uma ART múltiplo mensal, e eles
846 determinavam lá quantos serviços poderia colocar em uma única ART. E se pagava uma única
847 taxa. Eu já fui responsável por uma fábrica de laje e fazia o mesmo procedimento pelo CAU.
848 Então hoje se eu tiver que fazer um RRT como Cargo e Função normal, sou funcionário da
849 empresa, eu vou ser responsável pela empresa, mas no momento em que eu faço para cada
850 serviço, para cada endereço um RRT, por exemplo, dez RRTs em um múltiplo eu pagaria uma
851 taxa. Se eu considerar que eu teria que fazer dez, eu multiplicava por dez o valor. Eu não sei
852 se eu estou certo no meu pensamento, mas parece assim que ficou um negócio para
853 arrecadar mais. Nós temos uma porção de possibilidades, é claro que o Conselho depende
854 das taxas que cobra. Então fica como ideia. Esse material eu pedi para o Assessor da CEP,
855 repassar a todos os Conselheiros para vocês olharem e, se for o caso, na próxima reunião,
856 possamos fazer alguma sugestão para o CAU/BR de alteração". O Coordenador retoma a
857 palavra e comenta sobre três processos sobre assuntos que já fazem parte da rotina da
858 Comissão. O primeiro trata de baixa de pessoa jurídica e cobrança proporcional de anuidade,
859 alteração de registro de empresa e alteração de registro profissional. Foi deliberado o filtro
860 da assessoria para atendimento da legislação vigente e deliberado favorável. Dois processos
861 de registro profissional foram apresentados, um documento de substituição no certificado de
862 reservista. Também foi deliberada favorável desde que se analise a validade desses
863 documentos. Em relação a essas solicitações de rotina, o Coordenador da CEP conversou com
864 a Assessoria Jurídica, Dra. Claudia Cristina Taborda Dudeque, que sugeriu estabelecer um
865 procedimento *ad referendum* para que sejam analisadas em uma escala maior e depois a
866 Comissão só chancelaria a rotina para agilizar o processo. Sobre os casos que tramitam junto
867 à COPEL, o Coordenador da CEP, passou a palavra para o Conselheiro Titular ORLANDO
868 BUSARELLO que relata dizendo que essa questão começou no ano passado e afeta os
869 profissionais que fazem projeto de elétrica de baixa tensão e que têm sido sucessivamente
870 fiscalizados e multados pelo CREA. Então o mesmo recomenda, como este caso está em
871 tramite desde dezembro e o Setor Jurídico complementou com informações que chegou em
872 um ponto em que a medida será uma ação judicial, o Conselheiro solicita uma postura mais
873 incisiva do CAU. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOAR complementa dizendo que
874 informou aos Conselheiros Federais e ao Presidente do CAU/BR que o CAU/PR irá judicializar
875 esse processo. O Conselheiro Suplente CARLOS EDUARDO SALAMANCA pede a palavra e
876 observa: "com relação à COPEL, teve um arquiteto de Toledo que me procurou, um caso
877 específico que me pareceu até banal da parte da COPEL que talvez esse parecer jurídico
878 possa contribuir. Ele foi responsável pela execução da obra, uma obra de 1.300m² (um mil e
879 trezentos metros quadrados) e ele não teve a liberação da COPEL porque ele estava
880 assinando a execução. Não tinha nada a ver com o projeto elétrico, mas assinando a



881 execução e eles não quiseram dar a liberação da obra”. O Presidente manifesta dizendo que
882 precisa saber qual o argumento que o CREA usou, porque tem dois documentos. O CREA
883 utilizava uma Resolução de Câmara Técnica, depois o CONFEA emitiu uma Resolução, que
884 sombreia tudo, e é essa que a COPEL está usando. Informa que cobrou do CAU/BR por que
885 não acionou na justiça para derrubar essa Resolução; como não ouve posicionamento, o
886 CAU/PR decidiu judicializar. O Coordenador da CEP finaliza o assunto comentando que já
887 houve outros casos como esse de execução de obra e o profissional está sendo impedido de
888 exercer, então é uma situação que já apareceu aqui várias regiões do estado vêm trazendo, e
889 segundo o Coordenador, na última Plenária a Assessoria Jurídica comentou que foram
890 produzidas provas já para que o CAU/PR consiga entrar com uma ação para resgatar esse
891 exercício da profissão. Continuando com a pauta, o Coordenador da CEP, LUIZ EDUARDO BINI
892 GOMES DA SILVA, informa que fará uma breve apresentação, e solicita que seja exposto na
893 tela o arquivo referente ao Primeiro Seminário de Política Urbana e Ambiental (ANEXO XVII),
894 e inicia: “O Primeiro Seminário de Política Urbana e Ambiental aconteceu na última semana
895 em Brasília, nos dias 12 e 13 de abril. Vou tentar fazer alguns *links* com o que o Presidente
896 apresentou no começo da Plenária, que é o trabalho que está sendo desenvolvido com
897 outras entidades. Dentro do CAU/BR já acontece uma movimentação, ela vem sendo muito
898 respaldada pela nossa pauta na COP 21, como o Presidente colocou, eu queria trazer para a
899 Plenária um pouco desse cenário. Um dos números que eu retirei desse seminário foi que
900 54% (cinquenta e quatro por cento) da população mundial vive em cidades. Desses 54%
901 (cinquenta e quatro por cento) no nosso país, no Brasil, 84% (oitenta e quatro por cento) são
902 de área urbana e cerca de 50% (cinquenta por cento) da população vive em regiões
903 metropolitanas. E hoje temos o Estatuto da MetrÓpole que estipula critérios sobre essas
904 regiões. Então para o CAU hoje está sendo um desafio não só o planejamento das cidades,
905 como também de gestão. Como todo mundo sabe, por força de Estatuto implica ao Conselho
906 iniciativas no âmbito social e no âmbito urbano de proteção e atenção aos profissionais e à
907 sociedade. Então não podemos nos eximir desse novo mecanismo que é o Estatuto da
908 MetrÓpole. Essa é uma imagem muito interessante que mostra uma imagem noturna da
909 iluminação das cidades, que todas as cidades acabam sendo interligadas em um só âmbito. E
910 hoje não temos um gestor para essa grande cidade, ela está sendo fragmentada, a gestão das
911 cidades. Uma das provocações da COP 21 foi a de políticas intergovernamentais que ligaria
912 em uma escala mais próxima do Brasil nas Regiões Metropolitanas, essa articulação de
913 política intergovernamental levando até a escala global. Adotando uma linha de raciocínio da
914 Região Metropolitana, surge entre a cidade um e a cidade dois. A cidade um já tem sua
915 regulamentação estipulada pelo Estatuto da Cidade e quem responde é o gestor da cidade
916 um. A cidade dois já tem sua regulamentação estipulada pelo Estatuto da Cidade e há um
917 outro gestor para a cidade dois. Quando elas se cruzam, surge a MetrÓpole, e essa sim não
918 tem quem responda pelas ações, surgindo a importância do trabalho e do respaldo do
919 Conselho, que tem por Estatuto a obrigação de proteção ao profissional e também à
920 sociedade. Há uma pauta que pretende ser adotada dentro da Comissão de Planejamento
921 Urbano e Ambiental. A MetrÓpole não tem realidade fiscal. Representatividade política,
922 orçamento próprio, serviços urbanos e planejamento legítimo. Então pode ver que a partir do
923 momento em que surge o Estatuto da MetrÓpole, todos os critérios são tratados de forma
924 muito vagas, precisam de um posicionamento e um trabalho em cima dessa governança em



925 cima da metrópole. Então não é uma questão técnica, é uma questão política,
926 eminentemente política em cumprimento a esse Decreto da nova lei federal que estipulou o
927 Estatuto da MetrÓpole. Na apresentação do Presidente, ela está anterior, aparecem quais são
928 as Regiões Metropolitanas, no nosso Estado são oito Regiões Metropolitanas a gente já têm
929 instaladas dentro do Paraná. Então isso é uma pauta cheia para essa Comissão que
930 pretendemos instalar aqui dentro do Conselho: “O CAU e a governança da metrópole”. Pelo
931 Estatuto da MetrÓpole o CAU é visto como protagonista, o CAU seria a plataforma para que
932 se articulem todas as proposituras que estão no Estatuto da MetrÓpole. Não é uma questão
933 técnica, é uma questão política, e a MetrÓpole não pode continuar sendo governada em
934 segmentos, podemos fazer o *link* àquele mapa noturno, como todas as cidades estão
935 interligadas, hoje a MetrÓpole deve ser vista por completo, não apenas por setores que a
936 compõem. É um governo Inter federativo e não há planejamento, daí a importância de um
937 veículo que faça essa política intergovernamental entre a cidade A e a cidade B e a região que
938 compõe a MetrÓpole. A proposição então para esse texto é a criação da CUPA, Comissão de
939 Política Urbana e Ambiental, tendo como foco essa política intergovernamental que já vem
940 de pautas da COP 21, esse ano temos o respaldo da Comissão Federal de Planejamento
941 Urbano e Ambiental, temos algumas pautas que o João apresentou para mim agora aqui fora,
942 queria passar a palavra a ele para que ele possa dar uma colaboração, ele também esteve
943 com a gente na COP e o que seria levado em conta esse cenário intergovernamental, tentar
944 fazer com que o CAU/Paraná, junto com o CAU/BR, sejam plataforma para essas discussões,
945 que a gente tenha um espaço para discutir tudo isso e, claro, aliado à apresentação que o
946 Presidente fez logo de início que deixou muito claro todo o material que a gente tem para
947 trabalhar aqui dentro. Então a proposição seria essa, da instalação da CUPA do CAU/Paraná”.
948 Não precisa ser hoje, estamos com o adiantado da hora, fica a proposta da Comissão, vamos
949 ver quem pode se integrar, como a gente faz um calendário, uma pauta para poder contribuir
950 com essa questão nacional”. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE vê com
951 bons olhos a criação da CUPA, Comissão de Política Urbana e Ambiental, dede que conforme
952 palavras do Conselheiro, ela já assuma com o poder de dizer: “não, nós somos um poder
953 independente, nós não vamos nos manter subalternos aos poderes existentes”. A palavra é
954 passada para o Conselheiro Federal Suplente, JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, que relata: “Eu
955 comentei com o Presidente e também com o Bini a respeito desse viés que vem a partir da
956 COP 21 que nós discutimos bastante e vimos que é inevitável discutir e refletir sobre essa
957 ótica, questão ambiental e que modelo, que paradigma se tomar para a construção das
958 cidades. Obviamente essa questão da MetrÓpole é pertinente, isso já vem sendo provocado
959 há muito tempo, a migração da malha urbana para as cidades circunvizinhas acaba invocando
960 isso. Agora, que modelo? Então temos obviamente dentro da arquitetura sempre a inovação
961 como um ponto de partida. Dentro da Federação Pan-americana, vocês sabem, nós temos
962 um convênio com o Programa de Cidades das Nações Unidas, do Pacto Global das Nações
963 Unidas, que é o programa que pressupõe a convergência do modelo econômico, ambiental.
964 Esse modelo é pautado pela iniciativa de empresas, do governo e da sociedade organizada,
965 que somos nós de alguma forma, nós que eu digo é a Federação Pan-americana, as
966 instituições sem fins lucrativos, diferentemente do CAU, que tem um outro cunho dentro da
967 legislação. Dentro desse modelo a gente tem criado como INNOVATION PARTNERS que
968 somos agora do lado do UN-HABITAT, teremos seis INNOVATION PARTNERS dentro do



969 Programa de Cidades que tem mais de 8.000 (oito mil) cidades e vários adeptos ao programa.
970 Mas INNOVATION PARTNERS, quer dizer, pode provocar inovações dentro do programa, seis
971 organizam, um deles é o UN-HABITAT, que vai fazer, como vocês sabem, esse encontro em
972 Quito, no Equador, agora em outubro. E o outro é a Federação Pan-americana, ou seja, nós
973 podemos apresentar iniciativas inovadoras. Essas ações, por exemplo, que nós podemos
974 providenciar e fazer o II ArqAmazonia, que é pensar arquitetura e sustentabilidade na
975 Amazônia em setembro. Então somando essas conexões vêm também uma provocação dos
976 organismos que estão sendo formados na Europa, que é um Conselho internacional chamado
977 Think Nature, ou seja, pensar como a natureza, que é gerenciada pela Universidade de Crete,
978 na Grécia, e tem já alguns dez participantes signatários e me convidaram e obviamente eu
979 não poderia aceitar como pessoa física, mas sim como instituição, então inseri a Federação
980 Pan-americana lá. O que é isso? É um pensamento, é um Fórum de pensamento com um
981 novo paradigma que é embasado em soluções a partir do espelhamento da natureza. E isso é
982 a “biomimética”, têm vários organizarmos e até um livro com uma proposta de uma
983 pensadora desse viés. Tem um profissional amigo que estava na Discovery Channel, em
984 Miami ele é daqui de Curitiba e voltou justamente com muitas informações e também com
985 essa mesma biomimética. E tem um conhecido dele, que é um escritório de São Paulo, um
986 Croata que fez um seminário voltado a essas questões. Então chegou propondo para nós
987 provocarmos esse seminário aqui. Essa é a provocação que eu estou trazendo, isso pode ser
988 um braço dentro desse contexto da COP 21, de se pensar o planeta, porque é uma
989 movimentação mundial que está acontecendo”. O Coordenador agradece a participação do
990 Conselheiro Federal, e prossegue com o último item de pauta; e comenta sobre o Primeiro
991 Seminário de Fiscalização, iniciativa do CAU/BR que está a ser fomentado pelos Estados. O
992 Seminário está programado para o próximo mês de maio, nos dias 12 e 13 de maio, faltando
993 apenas a confirmação do local e da programação. O Coordenador da CEP informa que
994 recebeu o convite do Coordenador da CEP Nacional, a respeito desse Seminário que
995 acontecerá junto com os funcionários de Fiscalização. E propõe a participação dos
996 funcionários, o Fiscal Tadeu Gonsales Galvão, e o Gerente de Fiscalização Walter Gustavo
997 Linzmayer, que acompanham todos os processos e complementa: “Eu gostaria de participar
998 também, e coloco o convite da Comissão de Exercício Profissional em pauta para o mês de
999 maio no Primeiro Seminário de Fiscalização”. O Presidente coloca para aprovação da
1000 Plenária, as despesas de idas do Conselheiro e dos funcionários Tadeu Gonsales Galvão e
1001 Walter Gustavo Linzmayer, para participar deste Primeiro Seminário de Fiscalização, e
1002 complementa dizendo que é um Seminário importante, e foi tratado no Fórum de
1003 Presidentes. Colocado para votação, sem manifestações contrárias, fica aprovado a ida ao
1004 Seminário de Fiscalização. Sem mais assunto o Coordenador da CEP encerra o relato.-----
1005 **2.5. Relato da Comissão de Ensino e Formação - CEF.**-----
1006 Com a Memória da reunião da CEF (ANEXO XVIII) em tela, o Coordenador da CEF, Conselheiro
1007 Titular CARLOS HARDT, informa que a maior parte do relato trata apenas de informativos, e
1008 inicia: “o registro profissional de estrangeiro Federico Pipa está autorizado e agora em
1009 processo para a efetivação que levou cinco meses para sua conclusão. A respeito do curso de
1010 Arquitetura e Urbanismo 100% EAD não foi informado a situação, pois o caso pertence ao
1011 CAU/MG com encaminhamento para o CAU/BR que estão à frente disso. Quanto ao Curso de
1012 Produção de Projetos de Edificações na Universidade Positivo, foi redigida uma minuta que



1013 foi analisada hoje pela manhã e devido alguns detalhes que foram completados agora
1014 devemos encaminhar para a Universidade. De modo geral, existe uma incompatibilidade na
1015 resposta que nos fora encaminhado pela Universidade em 2013 onde o objetivo era que os
1016 egressos saíssem com Curso Técnico de Formação de Desenhistas, mas a grade está
1017 apresentando produção de projeto arquitetônico o que torna a pretensão incompatível, pois
1018 se é projeto não é desenho, e se é projeto estará conflitando com as atribuições do
1019 Arquiteto. Procuramos realizar um ajuste nos termos para garantir a compreensão. Quanto
1020 ao Curso da UNINGÁ, existe uma probabilidade muito grande de ser rejeitado pelo CAU/BR,
1021 não permitindo o registro dos egressos, pois foram encontradas irregularidades nos
1022 procedimentos de registro junto ao MEC, pois Conselho só pode emitir deliberações sobre
1023 temas legalmente constituídos”. Continuando seu relato, o Coordenador da CEF comenta
1024 sobre o XXXV ENSEA – XXXVII COSU: “o tema foi "Um olhar sobre o ensino da arquitetura e
1025 urbanismo além das fronteiras. O lugar do arquiteto e urbanista na sociedade do século XXI,
1026 formação e prática". Aconteceu na UNICAMP em São Paulo, foi extremamente denso.
1027 Principais atividades: mesas redondas com tema: "o lugar do croqui, desenho na sociedade
1028 da informação", outro tema foi: "ensino e formação de qualidade dos sistemas de
1029 acreditação de cursos", e o "O desenho com o instrumento privilegiado do arquiteto".
1030 Palestras sobre a “Experiência de projeto integrador interinstituições e discentes”, outra
1031 palestra sobre "o lugar do croqui, desenho na sociedade da informação". Segundo o
1032 Coordenador, foram analisados aspectos como conceber um projeto depois da formação
1033 estar consolidada em contrapartida àquele processo didático de ensinar alguém a projetar, e
1034 também foi levado em consideração o processo mental de apreensão e concepção inicial nos
1035 setores mentais do ser humano contra aqueles que foram realizados diretamente em
1036 computador. Nesta situação o profissional se torna mais um montador de projetos do que
1037 um conceitor de projetos, e comenta: “isso é a psicologia que nos dá e foi uma discussão
1038 bastante interessante”. Prosseguindo o comentário sobre o evento, o Coordenador explica:
1039 “Foi lançada a campanha contra a Reserva Técnica pelo CAU/BR e aí um resumo bastante
1040 sintético de que a intenção de se fazer uma campanha foi muito elogiada, porém houve
1041 críticas muito severas pela forma como essa campanha foi apresentada na sua primeira
1042 versão quando foi utilizado a comparação com esportes radicais, pois estes não têm
1043 absolutamente nada a ver com Arquitetura e Urbanismo. Tivemos uma reunião do Sr. LUIZ
1044 ROBERTO LISA CURY, atual Presidente do INEP, que anunciou que está havendo uma forte
1045 tendência de que as diretrizes venham a ser utilizadas como *Curriculum* ótimo para os cursos
1046 de Arquitetura quando na verdade são apenas diretrizes curriculares, não conteúdos
1047 mínimos. Existe um processo de discussão dessas alterações de diretrizes curriculares, a
1048 última alteração da diretriz foi provocada por um engenheiro pernambucano que queria
1049 orientar a TFG e ele conseguiu que fossem realizadas no Conselho Nacional de Educação em
1050 Brasília, e isso evidentemente sem a homologação de nenhuma entidade de Arquitetura e
1051 nem da Academia. Os instrumentos de avaliação de cursos estão sendo revistos, porque
1052 existe uma crítica sobre a forma de aplicá-los. Busca-se a uniformização dos cursos pelo nível
1053 mínimo exigido para o reconhecimento e há uma preocupação muito grande na qualidade
1054 dos cursos. Também está havendo um estudo em relação à uniformidade das formas de
1055 avaliação, e aí há uma tendência de incorporar um sistema parecido com o da medicina.
1056 Assim, vai se considerar o Curso de Arquitetura como um item genérico em que a



1057 especialização se dá com a pós-graduação, não dentro da graduação. E a outra é de que a
1058 avaliação dos cursos não seja feita apenas sobre os ingressantes e os formandos, mas
1059 também uma avaliação intermediária de modo a conseguir eventualmente alterar o caminho
1060 de algum aspecto que não esteja em acordo com condições mínimas. Existe uma pauta em
1061 andamento para essa discussão, algumas coisas as datas já aconteceram, essa reunião do
1062 INEP e a reunião da Câmara de Ensino Superior do MEC, mas agora dia 6 de maio do corrente
1063 ano haverá uma audiência pública do Conselho Nacional de Educação que irá discutir
1064 exatamente o sistema proposto. E há a possibilidade de apresentar contribuições mesmo que
1065 não se esteja presente em Brasília. No encontro promoveu-se a reunião com as Comissões de
1066 Ensino e Formação que estavam presentes, então foi feita uma reunião só com os
1067 Conselheiros que apresentaram a seguinte preocupação: sobre a ABNT, as normas relativas a
1068 serviços de Arquitetura e Urbanismo e que, passem, dos 50 (cinquenta) membros que
1069 deliberam, apenas 5 (cinco) são Arquitetos. Outro dado preocupante é de que apenas 20%
1070 (vinte percentuais) das cidades brasileiras estão aderindo ao CONCIDADES, ou seja, está
1071 havendo conscientização das cidades, porém o número de Arquitetos que compõem os
1072 Conselhos Municipais é bastante reduzido, o que poderá influir no trato da questão urbana.
1073 Assim profissionais de outras áreas do conhecimento estarão influenciando nos transportes, nas
1074 infraestruturas e decidindo o futuro das cidades. Na revisão dos documentos de avaliação do
1075 INEP, a ABEA está sendo representada por uma Comissão das Escolas de Arquitetura, que é
1076 um canal onde poderão ser enviados sugestões e proposições. Verificou-se que a Nota
1077 Técnica tem sido observada pelo MEC no momento de cadastramento e do reconhecimento
1078 dos Cursos de Arquitetura. Assim tem-se a certeza que o problema geográfico e a densidade
1079 de cursos em alguns ambientes estão sendo considerados na avaliação. Cursos de
1080 Arquitetura cuja avaliação inicial tiver nota abaixo de 3 (três) terão sua solicitação de
1081 reconhecimento do curso negado antes mesmo de uma visita técnica. Porém isto determina
1082 um problema para egressos de cursos não reconhecidos. Existe uma preocupação, inclusive o
1083 CAU/SP está contingenciando recursos que por ventura poderão acontecer de sentenças
1084 judiciais contra o Conselho. Na verdade, o Conselho está apenas cumprindo a lei, e essa
1085 relação deve ser equacionada entre a Instituição de Ensino e o MEC, que faz o
1086 reconhecimento do curso, e não o CAU, mas mesmo assim o CAU/SP está se preparando para
1087 a pior situação, pois esses egressos foram enganados pelas instituições”. O Presidente
1088 JEFERSON DANTAS NAVOLAR, pede a palavra e diz que há possibilidade de se ter uma
1089 ocorrência nos mesmos moldes, é o caso da UNINGÁ, pois, há possibilidade de que venham a
1090 ocorrer ações desse tipo, portanto devemos formalizar e intensificar os contatos. O
1091 Coordenador da Comissão diz que para a próxima semana deverá ocorrer um comunicado
1092 oficial do CAU/BR sobre o caso. Efetivamente não há condição de se interferir no processo de
1093 reconhecimento do curso diretamente, porque esse procedimento do MEC, não é aberto. A
1094 respeito da revisão da Resolução do registro profissional de egressos, há a possibilidade de se
1095 fazer sugestões para melhorar os procedimentos, e complementa: “Hoje mesmos os egressos
1096 que não constaram na lista de formandos podem posteriormente fazer um registro
1097 emergencial, por intermédio da confirmação de dados que devem ser encaminhados ao
1098 CAU/PR. Este procedimento lentamente tem conduzido as IES a regularizar suas situações
1099 junto ao Conselho” Sobre o V Fórum de Coordenadores de Curso de Arquitetura, o
1100 Coordenador propõe que seja realizada junto à próxima Plenária como sugestões prováveis



1101 para a temática é exatamente a discussão da “mudança das diretrizes curriculares nacionais”
1102 e “da ficha de avaliação de cursos”. O Presidente solicita a palavra e propõe que para este
1103 evento seja disponibilizado apenas uma data para este ano. O motivo é a queda da
1104 arrecadação e o valor que tem que ser disponibilizado para o evento. Outra ação que está se
1105 tornando necessária é que o subsídio seja oferecido apenas aos Coordenadores que
1106 estiverem com seus cadastros no SICCAU em dia e em ordem. Já transcorreu quatro anos e
1107 existem apenas 20% (vinte por cento) das IES do Paraná cadastradas. Como norma propõe
1108 que para este evento só sejam convidados os que estiverem com cadastros atualizados. O
1109 Coordenador da CEF relembra aos Conselheiros que está se referindo a uma data que tinha
1110 sido preestabelecida no ano passado na edição do próprio Fórum, à época não se tinha a
1111 noção de como ficaria a previsão orçamentária. E seguindo a proposta do Presidente,
1112 também propõe que seja feita uma só reunião do Fórum e que o mesmo seja marcado para o
1113 segundo semestre. O Presidente agradece à exposição feita e diz que está aberto para a
1114 fixação da data para a Reunião de Coordenadores, mas que seja levado em consideração os
1115 limites anteriormente colocados. O Coordenador concorda com o que fora deliberado que já
1116 é passada a hora de impor limites. O Conselheiro Titular ANDRÉ LUIZ SELL pede a palavra e
1117 apoia as sugestões do Presidente quanto a maneira para preparação do próximo Fórum de
1118 Coordenadores de Cursos de Arquitetura e Urbanismo. O Coordenador da Comissão acha que
1119 os assuntos que seriam discutidos teriam que ter a presença de figuras da administração
1120 federal, o que na atual conjuntura que vive Brasília, as agendas estão impossíveis, assim, é a
1121 melhor solução colocar o evento para o segundo semestre. O Presidente solicita que seja
1122 providenciada uma minuta de ofício para ser encaminhado para as IES, já informando as
1123 novas normas aqui deliberadas para participação do Fórum de Coordenadores. Pauta
1124 concluída, o Presidente agradece o relato seguindo para a extra pauta.-----

1125 **3. Extra Pauta.**-----

1126 O Presidente solicita o relato da extra pauta, que são dois assuntos a serem apresentados
1127 pelos Conselheiros Idevall dos Santos Filho e Milton Carlos Zanelatto Gonçalves. Seguindo a
1128 ordem, o relato se inicia pelo Conselheiro Titular IDEVALL DOS SANTOS FILHO, que apresenta
1129 o texto do Ofício nº 082/20168 – CAU/PR que tem o intuito de resolver alguns problemas
1130 identificados por Arquitetos que fazem Projetos de Prevenção de Combate a Incêndio. Após
1131 reunião com o Corpo de Bombeiros, ou seja, a Quarta SGB, Sub Grupamento de Bombeiros
1132 de Apucarana, aonde verificou que o sistema e os procedimentos pelos quais eles operam
1133 apresentavam alguns problemas, os quais já foram incluídos neste texto para solução
1134 definitiva. Na apresentação do requerimento foi feita menção às atribuições dos Arquitetos e
1135 Urbanistas, por sugestão da Assessora Jurídica, Dra. Claudia Cristina Taborda Dudeque. O
1136 Conselheiro explica: “No item “A” Sugerimos que seja feita uma revisão nos processos de
1137 solicitação de análise e aprovação dos planos de segurança contra incêndio e pânico do
1138 Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, realizando a separação do cadastro das
1139 empresas daqueles pertencente aos profissionais responsáveis pela propositura do plano de
1140 segurança contra incêndio e pânico de forma a facilitar o processo. Pedimos também
1141 alteração dos dados solicitados para o cadastro de profissionais eliminando informações
1142 desnecessárias para o serviço a ser prestado. Outro fator importante é que hajam senhas
1143 separadas para análise e aprovação do PPCI (Projeto de Prevenção de Contra Incêndio) e



1144 outra para os responsáveis da empresa para o processo de vistoria. Na atual configuração se
1145 a empresa por algum motivo já estiver cadastrada o encarregado do PPCI não poderá
1146 acessar, visto que o sistema encaminha automaticamente ao responsável pela empresa e-
1147 mail com a senha de acesso e tão somente a ele. Quando ocorre da obra ser cadastrada
1148 antes do projeto, não é mais possível o acesso pelo profissional que irá desenvolver o sistema
1149 de prevenção, é necessário que o mesmo se desloque até uma corporação para conseguir
1150 acesso, porém como responsável pela empresa e não como autor do PPCI. No futuro poderá
1151 ser indagado por outros motivos e não pelo projeto que idealizou. O mesmo caso acontece se
1152 por um motivo qualquer um bombeiro venha a realizar o cadastramento da obra como
1153 irregular, o profissional encarregado do PPCI já fica impedido de utilizar o procedimento pela
1154 internet, visto que ficará disponível somente para aquele que promoveu o registro no
1155 sistema. Porém presencialmente a alteração somente permite que o desenvolvedor do PPCI
1156 figure como responsável pela empresa. No item “B” desse documento foi incluído a Lei
1157 Federal de criação do CAU e solicitamos que seja incluído nas normas de projeto o termo RRT
1158 (Registro de Responsabilidade Técnica), uma vez que só consta ART (Anotação de
1159 Responsabilidade Técnica), utilizado por profissionais do CONFEA/CREA. Solicitamos ainda
1160 que além da especialização em engenharia de segurança de trabalho, o profissional tenha
1161 outros conhecimentos para que possam assumir responsabilidade técnica na emissão,
1162 instalação e manutenção dos sistemas de prevenção de incêndio e pânico”. O Presidente
1163 lembra que: “Não devemos definir nada, temos no máximo que informar o que diz a Lei que
1164 especifica as atribuições dos Arquitetos e Urbanistas”. O Conselheiro Titular IDEVALL DOS
1165 SANTOS FILHO prossegue: “Consideramos que somente especialização em Engenharia de
1166 Segurança do Trabalho não traz conhecimento em todo sistema preventivo de incêndio. Rede
1167 hidráulica, SPDA, redes de gás e outros e que os profissionais técnicos em edificação não
1168 possuem atribuição para serem responsáveis técnicos em atividades relacionadas ao plano
1169 de prevenção contra incêndio. Obtivemos dos órgãos responsáveis pela aprovação dos
1170 projetos que Engenheiros Cartográficos, Engenheiros Agrônomos, no caso de edificações
1171 urbanas, desde que possuidores de especialização em Engenharia de Segurança do
1172 Trabalho”. O Presidente questiona a quem está sendo dirigido o documento, o Conselheiro
1173 responde que é para o setor de prevenção contra incêndio do Corpo de Bombeiros do
1174 Estado; e que aproveitando que este ano está sendo realizada uma alteração na Norma, o
1175 Conselheiro acredita que é a oportunidade para incorporar algumas informações
1176 importantes. O Presidente interfere no relato e propõe que seja encaminhado ao CREA qual é
1177 a postura adotada pelo CAU para o problema, uma vez que estaremos mexendo também
1178 com profissionais de outro Conselho de Fiscalização da Profissão. O Relator diz ao Presidente
1179 que o item pode ser retirado do texto servindo de base para uma consulta ao CREA. O
1180 Presidente informa que poderá existir um encaminhamento duplo, um documento deve ser
1181 enviado ao Corpo de Bombeiros, e outro documento enviado para o CREA em forma de
1182 consulta para que o mesmo se manifeste. Na oportunidade o Gerente de Fiscalização,
1183 informa na oportunidade que existe denúncia a respeito do assunto. O Conselheiro Titular
1184 IDEVALL DOS SANTOS FILHO continua: “ deixando livre para a Assessoria Jurídica do CAU/PR
1185 fazer um ajuste no caso desse item, o item “C” baseado com esses documentos. Atendimento
1186 aos profissionais o item “D”, disponibilização do atendimento presencial com dias e horários
1187 definidos em documento oficial e afixados em seu atendimento para conhecimento geral



1188 para o atendimento restrito aos profissionais habilitados do CAU, no caso eu tinha colocado
1189 CONFEA e CREA. Essa questão de colocar o CONFEA e CREA, eu andei conversando também
1190 com Conselheiros do CREA e a ideia também deles, eles também estão trabalhando num
1191 texto a ser enviado ao Corpo de Bombeiros e até para que esse texto acabe chegando lá, eles
1192 estão vendo que as informações dos dois Conselhos”. O Presidente acredita que seria
1193 interessante que o assunto fosse tratado com um só documento comum. Segundo o
1194 Conselheiro relator, o código de PPCI está sendo atualizado, assim ao sofrer uma mudança
1195 deverá ocorrer um treinamento para os profissionais que tenham foco na aprovação para os
1196 PPCI. O Presidente lembra que todas as alterações passam por procedimentos de portarias
1197 ou deliberações, assim, os interessados devem consultar o procedimento a ser
1198 implementado que normalmente são divulgados nos sites do Corpo de Bombeiros, ou talvez
1199 no Diário Oficial que seria do Estado, pois trata-se de uma entidade pertencente ao Estado.
1200 Sabe-se que a Norma, que serve para todos os municípios, foi editada serve para todo o
1201 Estado, mas foi concebida outrora em Cascavel, por este motivo aquele local é referência
1202 para o Paraná. O problema todo está sendo gerado pelo sistema de informática que foi
1203 implantado e a pessoa que o idealizou agora está aposentado e já não presta mais serviços
1204 naquela guarnição. O Conselheiro Suplente DIÓRGENES FERREIRA DITRICH relata que houve
1205 um acerto para que fosse providenciado um curso para os profissionais que fazem projetos,
1206 porém na época já existia uma briga com os bombeiros, pois quem aprovava o projeto por
1207 parte dos brigadistas não possuía atribuição para tal; e complementa: “ O CREA jamais
1208 aceitou que os bombeiros fizessem análise dos projetos, mas fazem, assinam e aprovam
1209 mesmo sem qualificação”. O Relator, Conselheiro Titular IDEVALL DOS SANTOS FILHO diz que
1210 o documento está sugerindo no item “G” para que órgão que faz análise e aprovação, tenha
1211 técnicos e profissionais habilitados”. Diante do exposto o Presidente sugere que seja
1212 preparado um documento para o CREA em busca de uma padronização de entendimento e
1213 encaminhamento para este caso. A Assessora Jurídica, Dra. Claudia Cristina Taborda
1214 Dudeque, relata que o caso já era antigo, pois em 2009 quando exerceu a função de
1215 Conselheira, já fazia uns cinco anos que pediam que fosse um profissional habilitado para
1216 fazer análise e aprovação dos PPCI. O Comandante da época foi consultado e disse: “que o
1217 profissional habilitado custava três vezes mais que o profissional que ele tinha em
1218 disponibilidade e que eram de carreira pagos com dinheiro público, o orçamento não lhe
1219 permite que tenha uma pessoa somente fazendo análise e custando mais que dois salvando
1220 vidas.” Acredita-se que a melhor solução seria disponibilizar um profissional habilitado para
1221 prestar serviço como se fosse uma parceria, descobriu-se que no interior a Associação de
1222 profissionais é quem fornecia essa mão de obra. O sentimento que paira é de que somente
1223 poderá ter uma solução definitiva do problema com uma pressão do CAU e CREA sobre o
1224 Corpo de Bombeiros, pois como observado já faz mais de uma década que o problema
1225 ocorre. O Presidente interfere lembrando aos presentes que o objetivo do CAU é a
1226 fiscalização da profissão e não dispõe entre em seu quadro de funcionários uma pessoa para
1227 fazer este tipo de atividade, e comenta: Resta-nos três opções: elaborar um documento que
1228 motive o CREA a se manifestar, buscar um termo de cooperação com o Corpo de Bombeiros
1229 do Estado ou fazer uma sondagem e através de uma consulta sentir como o CREA está
1230 sensibilizado para o assunto. Como os prazos para uma solução definitiva é longo a mesa
1231 propõe que encaminhemos para o Corpo de Bombeiros o requerimento para uma resposta



1232 em tempo menor, mas que seja feito um documento ao CREA com aquelas condições que
1233 sejam mais lentas e dependam de uma pauta conjunta”. O Relator IDEVALL DOS SANTOS
1234 FILHO, especifica que o requerimento será composto dos itens: “A”, “B” e o “F” para o Corpo
1235 de Bombeiros e os demais ficariam para uma segunda fase. O Conselheiro relator, finaliza
1236 agradecendo a Assessora Jurídica, Dra. Claudia Cristina Taborda Dudeque, que se dedicou ao
1237 assunto durante a semana que antecedeu a esta Plenária e também agradece ao 4º SGB de
1238 Apucarana que foi importante para elucidação dos pontos divergentes. Findado o primeiro
1239 assunto o Presidente de CAU/PR, convoca o segundo Relator o Conselheiro Suplente MILTON
1240 CARLOS ZANELATTO GONÇALVES, que informa que nesta data pela manhã aconteceu a
1241 primeira reunião para instalação da Comissão Provisória de Instalação do CEAU. O Presidente
1242 informa que na oportunidade o Conselheiro Milton Carlos Zanelatto Gonçalves foi eleito o
1243 Coordenador da Comissão Temporária. Neste momento, o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ
1244 TABORDA DUDEQUE, que se contrapõe por não ter ocorrido uma convocação formal anterior
1245 que garantisse a lisura do processo. O Presidente interfere e relembra que durante o tempo
1246 anterior houve troca de e-mails sobre o assunto. O Conselheiro IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE
1247 torna veemente e diz não ter havido nenhuma convocação e que aquilo que foi conversado
1248 não representava definições ou deliberações, argumenta: “Numa das mensagens coloquei
1249 para o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO fez algumas colocações que eu disse: “não,
1250 desculpe Conselheiro, mas parece infundadas essas colocações. Registrando o caso do
1251 CAU/RJ, que deixou o processo de uma maneira para a qual considerarei completamente
1252 enrolado ao invés de contestar e apresentar o argumento que mostrasse que não era
1253 atabalhado e disse: é força do hábito escrever dessa maneira. Quer dizer, uma Autarquia
1254 Federal, não pode ser movida, pelas forças do hábito e nem fazer alguma coisa dessa espécie
1255 faltando uma convocação”. É por este motivo que estou contestando a realização do ato”. O
1256 Presidente informa que não houve qualquer deliberação, e que essencialmente falou-se em
1257 dúvidas que foram de ordem geral para futura consulta ao Departamento Jurídico e que
1258 possam instrumentar melhor dados para a Mesa. Além do fato da eleição do Coordenador da
1259 Comissão. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT intervém dizendo: “que a reunião teve o
1260 sentido de mutuamente se esclarecer algumas coisas, não vejo nenhum problema de
1261 ilegalidade e nem atitude antiética ou de desrespeito, até porque foi uma iniciativa em que
1262 todos acharam conveniente ter uma conversa no sentido de tentar encaminhar e iniciar os
1263 trabalhos em que o resultado disso na verdade não tem nenhuma consequência se o ponto
1264 de vista do Conselheiro Irã não estar presente nesse momento além da questão de uma
1265 escolha por enquanto temporária, mas que pode vir a ser permanente de coordenação dessa
1266 comissão”. O Presidente diz: “Eu acho importante o esclarecimento para que o Vice-
1267 Presidente, se sinta à vontade em fazer seus questionamentos e nós podermos fazer o
1268 encaminhamento. Então, não deliberamos nada além do que dúvidas e a eleição do
1269 conselheiro Milton a quem eu peço o seu voto”. O Vice-Presidente toma a palavra e diz que:
1270 “Eu jamais teria qualquer objeção ao conselheiro Milton. A questão é existem formas, então
1271 foi julgado conveniente, mas a forma de se praticar o ato tem que ser cumprido. O rito foi
1272 cumprido, já deliberam, quer dizer, já tem aí o simples fato de existir um indicado já é um
1273 sinal de que o processo andou. Então, a primeira coisa seria: vamos fazer uma convocação a
1274 partir disso, aí o rito seria plenamente cumprido. Da maneira como foi feita passou-se por
1275 cima da forma de produção do ato. O assunto pode ser adiantado no *e-mail*, mas a



1276 Deliberação deve guardar forma. É lógico que queremos que a coisa ande, mas eu sempre
1277 lembro, devemos respeitar a forma de produção do ato”. O Conselheiro Suplente MILTON
1278 CARLOS ZANELATTO GONÇALVES, sugere que seja marcado uma reunião para discutir os
1279 assuntos no momento adequado e no fórum adequado e que esta reunião que ocorreu foi
1280 uma reunião de esclarecimento de dúvidas as quais serão relatadas novamente na reunião. O
1281 Presidente do CAU/PR diz: “Acredito que contempla todo mundo e não gera estresse
1282 desnecessário por enquanto”. Colocando para aprovação da plenária a autorização para a
1283 realização da reunião da CEAU com a comissão temporária em local e data e pauta a ser
1284 definido. Sem manifestações contrárias, é aprovada a realização da reunião. O Presidente
1285 lembra aos conselheiros que a próxima plenária ocorrerá na cidade de Maringá, nos dias 23 e
1286 24 de maio. E faz o último comentário informativo: “Temos uma Conselheira que está saindo
1287 de uma doença grave e que foi operada, é Conselheira Maria Francisca Sottomaio Cury
1288 mandou um *e-mail* dizendo que já está se movimentando, que fique registrada em Ata, a
1289 recuperação da Conselheira, com votos de pronta recuperação”.....
1290 **Nada mais a tratar, o Presidente Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece**
1291 **aos Conselheiros presentes e, às dezenove horas e trinta minutos do dia dezoito de abril de dois**
1292 **mil e dezesseis, declara encerrada esta Reunião de nº 055 (quarta de 2016) do CAU/PR.** Para
1293 constar, eu, ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA, Assistente de Plenária *Ad hoc* deste Conselho, lavro
1294 a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será rubricada por mim em todas as páginas e, ao
1295 final, assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.....

1296
1297
1298
1299
1300
1301
1302
1303
1304
1305
1306
1307
1308
1309
1310
1311
1312
1313
1314
1315
1316
1317
1318
1319

JEFERSON DANTAS NAVOLAR
Presidente do CAU/PR
CAU A8657-6

ANDRESSA FABIANA DE OLIVEIRA
Assistente de Plenária



1320	ANEXOS	
1321	Anexo I	Apresentação COP 21.
1322	Anexo II	Ata COA.
1323	Anexo III	Ofício Circular CAU /BR nº 001/2016 – GG.
1324	Anexo IV	Solicitação de apoio à Humaitá.
1325	Anexo V	Relatório Administrativo.
1326	Anexo VI	Planilha de Relação de Funcionários.
1327	Anexo VII	Relatório Comunicação.
1328	Anexo VIII	Relatório Fiscalização.
1329	Anexo IX	Relatório Atendimento.
1330	Anexo X	Relatório Jurídico.
1331	Anexo XI	Proposta de Deliberação do CAU/PR – Diária Fiscalização.
1332	Anexo XII	Solicitação de Apoio Reunião Ampliada da FNA.
1333	Anexo XIII	- Ata CPFi.
1334	Anexo XIV	Aprovação das contas de março de 2016.
1335	Anexo XV	Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015.
1336	Anexo XVI	Protocolo 365065/2016 – Ofício Circular CAU/BR nº017/2016-PR
1337	Anexo XVII	Primeiro Seminário de Política Urbana e Ambiental.
1338	Anexo XVIII	Memoria da reunião da CEF.
1339	Anexo XIX	Ofício nº 082/20168 – CAU/PR